



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

## ACTA NÚMERO QUATRO

### ACTA DA 2.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E NOVE. -----

----- Aos vinte e nove dias do mês de Abril do ano de dois mil e nove, pelas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, no Salão D. Manuel I, no edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, na sua 2.ª Sessão Ordinária, convocada pelo seu Presidente, Senhor Luciano da Silva Gomes, em edital datado de um de Abril de dois mil e nove e com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º 39 DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -
2. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º 40.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;
3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----
  - 3. 1. APRECIACÃO E VOTACÃO DA ACTA N.º 2/2009: -----
  - 3. 2. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, I (ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ART.º 5.º DO REGIMENTO): -----
  - 3. 3. CONSTITUIÇÃO, GESTÃO E EXPLORAÇÃO DE UM FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO INTEGRALMENTE SUBSCRITO PELO MUNICÍPIO, INTEGRANDO O IMÓVEL DESIGNADO POR "PRAÇA MAIOR" – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO: -----
  - 3. 4. PRESTACÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2008 DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA: -----

----- 3. 5. INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO. -----

----- 3. 6. 1.ª PROPOSTA DE REVISÃO AO ORÇAMENTO DE RECEITA DO MUNICÍPIO, PARA O ANO FINANCEIRO DE 2009. -----

----- 3. 7. DOCUMENTOS FINAIS OBRIGATORIOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, DOS SERVICOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E SANEAMENTO DA MAIA, RELATIVOS AO ANO DE 2008. -----

----- 3. 8. REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DO CIDADÃO COM DEFICIÊNCIA. -----

----- 3. 9. “ATRIBUIÇÃO DO ESTATUTO DE UTILIDADE PÚBLICA À UNIÃO NOGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE – PARECER DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA”. -----

----- 3. 10. RELATÓRIO DE GESTÃO DAS EMPRESAS MUNICIPAIS: “MAI AMBIENTE – EMPRESA MUNICIPAL DO AMBIENTE, E.E.M.”, DA “EMPRESA METROPOLITANA DE ESTACIONAMENTO DA MAIA, E.E.M.”, DA “ACADEMIA DAS ARTES DA MAIA, PRODUÇÕES CULTURAIS, E.E.M.”, DA “ESPACO MUNICIPAL – RENOVACÃO URBANA E GESTÃO DO PATRIMÓNIO, E.E.M. E DA TUM – TRANSPORTES URBANOS DA MAIA, E.M. – (para conhecimento) -----

---- Devido a ausência do Seu Presidente Senhor Luciano da Silva Gomes, a Assembleia foi presidida pelo seu 1.º Secretário, Senhor Domingos de Jesus e Sousa, tendo sido secretariado pela Senhora 2.ª Secretária, Maria de Lurdes da Costa Almeida Rebelo Maia e pela Senhora Deputada Municipal Joana Martins dos Santos Ascensão como 1.ª e 2.ª Secretárias respectivamente. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM EXERCÍCIO, SENHOR DOMINGOS DE JESUS E SOUSA, iniciou os trabalhos, justificando a ausência dos Senhores Presidentes da



Câmara e Assembleia, saudou todos os presentes de uma forma especial os alunos do Curso EFA/Secundário – Educação e Formação de Adultos do Agrupamento de Escolas de Águas Santas e os seus professores que estavam a assistir a uma Sessão da Assembleia Municipal, que enviaram previamente uma Breve Nota sobre a Visita de Estudo, que foi lida e faz parte integrante da acta como **documento 1**. Informou que se houvesse Cidadãos interessados em intervir no Período de Intervenção do Público, deveriam fazer a sua inscrição prévia, preenchendo o impresso próprio. Informou que devido à ausência do Senhor Presidente da Assembleia, Luciano da Silva Gomes, da Coligação Primeiro as Pessoas, foi substituído para a presente Sessão, pelo Senhor Deputado Octávio Vitor Moutinho Ferreira dos Santos, que depois de identificado pela Mesa tomou o lugar na sua Bancada. Verificadas as presenças constatou-se a ausência da Senhora Deputada Maria Luisa Dias Barreto e ao abrigo da alínea c), do ponto 1, do artigo 38.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maia, Carlos dos Santos Teixeira, fez-se representar pelo seu Secretário, o Senhor Mário Augusto da Costa Ramos. Fez uma referência à forma como decorreram as Comemorações do 25 de Abril na Maia, relevou a Sessão Solene que teve a assistir uma larga participação de Associações do Concelho com os seus estandartes. Informou que tinham dado entrada na Mesa duas Moções que passaram a ser designadas por Moção A apresentada pela bancada da CDU e a Moção B, com o subtítulo “Saudação ao 1.º de Maio em Luta contra o Desemprego e a Precariedade”, apresentada pela Bancada do Bloco de Esquerda e que fazem parte integrante da acta como **documentos 2 e 3 respectivamente**. Perguntou se algum Senhor Deputado tinha algum documento para dar entrada na Mesa, pois, estes deveriam ser entregues antes do início dos trabalhos de forma a poderem ser atempadamente fotocopiados e distribuídos por todos os Senhores Deputados, para poderem ter um conhecimento cabal do seu conteúdo. De seguida, abriu as inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia, tendo-se inscrito e usado da palavra os Senhores Deputados: -----

**MÁRIO MOREIRA DUARTE** falou sobre o 1.º de Maio através da leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 4**. -----

**FRANCISCO AMORIM DOS SANTOS BAPTISTA** manifestou o seu contentamento pela forma como tinham decorrido as Comemorações do 25 de Abril na Maia, tendo formulado votos para que as mesmas tivessem continuidade nos anos vindouros. Referiu que tinha gostado da intervenção anterior, do Senhor Deputado Mário Moreira Duarte e que: “juntar raposas com galinhas era perigoso”. O flagelo do desemprego, da fome, dos sem abrigo era algo que merecia uma séria atenção de todos, sobretudo dos que tinham poder e responsabilidade para o combater, tendo para o efeito apresentado uma Recomendação designada de “Por um Programa de Urgência Social Contra a Crise” e que faz parte integrante da acta como **documento 5**. De seguida leu a Moção “Saudação ao 1.º de Maio em Luta Contra o Desemprego e a Precariedade”, já anteriormente identificado como documento 3. ----

**FLORIANO DE PINHO GONÇALVES** falou sobre Acessibilidades e falta de Segurança em Vila Nova da Telha, através da leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 6**. -----

**LUÍS MIGUEL MACHADO DIAS** iniciou a sua intervenção com um elogio à Mesa pelo facto da mesma ser composta por dois membros do sexo feminino e um do masculino, o que era um sinal positivo da Lei da Paridade. A última Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em Fevereiro, no Auditório da Junta de Freguesia de Nogueira, pautou-se por intervenções de grande qualidade e elevação sobre um tema que afecta a todos: a crise social. Esta, infelizmente, alastrou à escala planetária e um pouco por todo o lado a fome, o desemprego e a exclusão social, um atentado à dignidade humana, passaram a ser uma triste realidade. Por cada cidadão despedido, o Estado e a Segurança Social perdem receitas do contributo do seu trabalho e, em contrapartida, o Estado passa a pagar-lhe os subsídios inerentes à sua situação de desempregado. Passa de contribuinte a beneficiário. O cidadão responsável gosta de trabalhar e de ser útil à sociedade recebendo um ordenado pelo seu

desempenho e não gosta de depender do subsídio de desemprego. Os telejornais já referem a fome nas nossas escolas. As crianças não têm pão para comer, porque os seus pais, por estarem desempregados, não têm qualquer possibilidade de lhes poder saciar a fome. Sugeriu a criação de cabazes alimentares para fornecer mensalmente às famílias que notoriamente estivessem desesperadamente carenciadas. O Governo preocupava-se com esta situação, mas as acções desenvolvidas eram insuficientes, era necessário. O seu apoio não deveria ser, apenas, à área do consumo mas também à da produção, através de linhas de crédito para socorrer dificuldades de tesouraria e diminuição da contribuição para a Segurança Social. O investimento público era necessário para revitalizar a economia, mas a curto prazo, nomeadamente na reabilitação urbana através de empresas nacionais. Sobre os grandes investimentos, lamentou que apenas eram referidos o TGV, o novo Aeroporto e as novas Auto-estradas e um investimento como o do Metro do Porto não era referido. Seria bom para o Norte e para a Economia do nosso país que todos pensassem na importância que representa um investimento como o Metro do Porto. -----

**ANTÓNIO COSTA PEREIRA** falou sobre as próximas eleições autárquicas, sobre o reaproveitamento da Linha de Leixões, sobre um problema ambiental que aflige os moradores da Rua de Terramonte e sobre as Comemorações do 25 de Abril no Município da Maia, através da leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 7**. -----

**RUI MANUEL MADUREIRA MONTEIRO** falou sobre o Plano Municipal de Acessibilidades e sobre a atribuição ao Município da Maia da Bandeira Verde ECO XXI, através da leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 8**. -----

**LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES** iniciou a sua intervenção com uma saudação aos Formandos EFA de Águas Santas, tendo referido que os adultos eram vítimas de uma enorme injustiça no acesso ao ensino em Portugal. O Governo, no desejo de vencer os desafios, lançou o Programa Novas Oportunidades, ao qual já tinham aderido cerca de 750 mil cidadãos dos quais cerca de 200 mil já tinham o seu certificado de habilitação. Estes valores,

que considerou fabulosos, eram devidos ao 25 de Abril que tirou o país do obscurantismo e ao actual Governo através do Programa Novas Oportunidades. A propósito do dia 1.º de Maio, saudou todos os trabalhadores portugueses. Lembrou que não se poderia esquecer que a melhoria das condições de trabalho não tinham sido conquistadas, apenas, através da luta laboral ou actividade sindical, mas também tinham sido obtidas e eram devidas ao Estado Social. Reduzir a capacidade de intervenção do Estado, torna-o menos capaz de responder às necessidades de quem trabalha. Lembrou, ainda, que tinha sido o sindicalismo que estivera na origem das lutas dos trabalhadores e que tinha sido a Esquerda Democrática que quando estiveram no Governo tinham dado ouvidos às condições de trabalhos dos trabalhadores. Manifestou o seu desagrado com as Moções apresentadas, pois, os Socialistas sempre manifestaram muita atenção e preocupação com a Justiça Social. O PS era a força partidária que se inscrevia na tradição da Esquerda Democrática que tinha conseguido construir uma sociedade mais justa e solidária. De seguida, leu o texto que faz parte integrante da acta como

**documento 9** -----

**ABÍLIO RODRIGUES SOUSA** manifestou a sua indignação pelo facto de Pedrouços, a freguesia com maiores carências sociais do concelho da Maia, não ter sido contemplada na candidatura apresentada aos Gabinetes de Inserção Profissional (GIP), um projecto destinado a apoiar jovens e adultos desempregados na definição ou desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, em estreita articulação com os Centros de Emprego. Em contrapartida, as candidaturas das freguesias da Maia nas quais o PS é líder, tinham sido aprovadas, o que poderia significar um claro favorecimento político e, no caso de Pedrouços, um castigo pelo facto de ter saído da AVALE. Por esta razão, não poderia subscrever o contentamento manifestado pelo Senhor Deputado Luís Maria Fernandes Areal Rothes. Reiterou a afirmação de que Pedrouços era a freguesia da Maia mais carenciada no âmbito social e a com uma maior densidade populacional do concelho da Maia. Desafiou o PS a dizer-lhe se tinha havido justiça na exclusão da freguesia de Pedrouços na sua candidatura



aos GIP. -----

**ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA** disse que os GIP se destinavam, como o próprio nome referia, à criação de gabinetes de inserção profissional a desempregados para os apoiar à procura activa de emprego; no acompanhamento personalizado dos desempregados em fase de inserção ou reinserção profissional; na captação de ofertas de entidades empregadoras; na divulgação de ofertas de emprego e actividades de colocação; no encaminhamento para ofertas de qualificação; na divulgação e encaminhamento para medidas de apoio ao emprego, qualificação e empreendedorismo; na divulgação de programas comunitários que promovam a mobilidade no emprego e na formação profissional no espaço europeu; na motivação e apoio à participação em ocupações temporárias ou actividades em regime de voluntariado, que facilitem a inserção no mercado de trabalho; no controlo de apresentação periódica dos beneficiários das prestações de desemprego e noutras actividades consideradas necessárias aos desempregados inscritos nos Centros de Emprego. O concelho da Maia tinha apresentado 21 candidaturas. Obviamente, era espectável que não fossem todas contempladas. Porém, com enorme espanto se constatou que as candidaturas deferidas não cobriam, no seu conjunto, a totalidade da área geográfica do Município, tendo ficado a descoberto o território respeitante a 10 freguesias. Todas as candidaturas apresentadas pela Câmara Municipal tinham sido indeferidas; e no caso de Pedrouços, tal como já havia afirmado o seu Presidente da Junta, uma das mais populosas do concelho e a que maiores índices de pobreza e de exclusão social apresentava. Além da exclusão das candidaturas da Câmara Municipal, da mesma forma a candidatura apresentada pela Junta de Freguesia de Nogueira – destinada aos territórios das freguesias de Silva Escura, Nogueira, Folgosa e São Pedro Fins e a candidatura da Junta de Freguesia de Santa Maria de Avioso – destinada às freguesias da Vila do Castelo da Maia: Barca, Gondim, Gemunde, Santa Maria e São Pedro de Avioso, foram igualmente excluídas. A candidatura da Junta de freguesia da Vila de Moreira, onde existe uma elevada taxa de desemprego, teve o mesmo destino, indeferimento. Em

contrapartida, foi aprovada a candidatura apresentada pela SOCIALIS – Associação de Solidariedade Social, uma instituição que estava sediada a menos de 500 metros do Centro de Emprego da Maia, quando, para aprovação das candidaturas, um dos factores de ponderação era a maior distância do Centro de Entrego. O deferimento das candidaturas apresentadas pelas Juntas de Freguesia de Gondim, Gueifães e Milheirós, por casualidade três freguesias onde o PS era Poder, sendo que estas duas freguesias tinham boas acessibilidades ao Centro de Emprego da Maia e a freguesia de Gondim era, no concelho, uma das com um menor número de desempregados: a penúltima no número de desempregados. Isto significava que o n.º 2 do artigo 7.º da Portaria n.º 127/2009, de 30 de Janeiro, que determina análise e a hierarquização das candidaturas apresentadas não tinham sido respeitados, mas sim a hierarquização deveu-se à conveniência política em prejuízo das pessoas ou agregados familiares mais desfavorecidos, numa clara demonstração de comportamentos e decisões antidemocráticos. A Câmara Municipal apenas tinha conseguido a aprovação da candidatura para a freguesia de Águas Santas, por coincidência, com esta aprovação, todas as quatro freguesias do concelho afectas ao Partido Socialista, passaram a ter Gabinetes de Inserção Profissionais. Este resultado significava que havia um denominador comum na apreciação de candidaturas: as freguesias contempladas eram geridas por executivos socialistas. Acusou o PS de hipocritamente se intitular defensor e promotor da Justiça Social, quando na realidade defendia os problemas concretos dos seus militantes. A finalizar, disse que iria ficar atento e a aguardar o critério de selecção dos animadores dos GIP, se era o que dizia a Lei: maior experiência, ou o outro critério tão querido ao PS “jobs for de boys”.

**MÁRIO JOSÉ GOMES GOUVEIA** pediu a palavra para usar o direito de resposta. Manifestou o seu contentamento, por constatar que o Senhor Deputado Abílio Rodrigues de Sousa estava preocupado com os problemas sociais e de inserção profissional. Lembrou que, no passado, quando a Câmara Municipal havia sugerido a criação dos GAIL – Gabinete de Apoio Integrado Local – o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pedrouços tinha

manifestado o desejo que o GAIL Permanente, sediado na Junta de Freguesia de Pedrouços, passasse para a de Milheirós. Nessa altura a AVALE – Associação de Freguesias do Vale do Leça – estava sediada no Edifício Sede da Junta de Freguesia de Pedrouços e, por esta razão, o GAIL manteve-se nesta freguesia. Manifestou o seu contentamento pelo facto da Câmara Municipal se ter empenhado no apoio à apresentação de candidaturas das freguesias com Executivo PSD, apesar de se ter esquecido de dar igual apoio às lideradas pelo PS, o que lamentou, pois os Técnicos da Autarquia deveriam apoiar igualmente todos os executivos das Juntas de Freguesia. Esclareceu que não integrou o júri de selecção das candidaturas aos GIP, e apenas na sua qualidade de Presidente de Junta apresentou uma candidatura, não sabia se era de melhor ou pior qualidade, talvez pudesse ser melhor se tivesse o apoio dos Técnicos da Câmara. Como autodidacta apresentou um projecto que foi aprovado. Informou que o GIP de Milheirós estava disponível para todos os cidadãos que a ele desejassem acorrer, no âmbito de desempregados com necessidade de inserção social. Para isso, dispunha de uma Animadora que, por ser licenciada, cumpria os trâmites legais. Disse que não entendia porque razão havia tantos protestos, pois quando apresentava candidaturas a outros projectos e eram indeferidas respeitava a decisão e não manifestava qualquer protesto. -----

**ABÍLIO RODRIGUES DE SOUSA** pediu a palavra para protestar contra a intervenção do Senhor Deputado Mário José Gomes Gouveia, uma vez que este Senhor Deputado, como Presidente de Junta de Milheirós, não quisera na sua Junta de Freguesia o GAIL por o considerar incómodo. -----

**ANTÓNIO DA COSTA PEREIRA** pediu a palavra para protestar contra as palavras do Senhor Deputado Luís Maria Fernandes Areal Rothes e o termo “esquerda democrática” por ele usada diversas vezes. Perguntou onde estava o PS antes do 25 de Abril. Os fascistas acusavam os comunistas de serem anti-democratas, de serem subversivos e os movimentos de libertação de terroristas. O Senhor Deputado ao considerar que o PS era a “esquerda democrática” estava a acusar os Deputados da Assembleia Municipal da CDU e o do BE de

não serem democratas. Estes Senhores Deputados foram democraticamente eleitos com os votos do Povo, da mesma forma como o Senhor Deputado foi eleito. Perguntou-lhe se era democrático levar a tribunal sindicalistas acusados do “crime” de se terem manifestado pacificamente. Perguntou se pertencia à “esquerda democrática” o partido que no Governo alterava o Código do Trabalho para muito pior, de forma radical contra os direitos dos trabalhadores. Perguntou-lhe ainda se tinha o direito de considerar “esquerda democrática” o partido que no Poder fazia dos trabalhadores os seus principais adversários. Finalizou com a seguinte frase: “Moral da história: O PS diz-se de Esquerda para levar à prática uma Política de Direita e em muitos casos muito mais à Direita que o próprio PSD e o CDS/PP”. -----

**ANTÓNIO MANUEL SANTOS TEIXEIRA** manifestou o seu orgulho pela presença na Sessão dos alunos EFA da Escola Secundária de Águas Santas, aos quais incentivou a nunca desistirem de aprender, pois, ele próprio, apesar da sua idade continuava a estudar. Sobre o tema em discussão - GIP - disse que tinha ficado surpreendido por acabar de saber que a Águas Santas tinha sido contemplada com um GIP, e afinal “já posso ir de jipe para casa porque de facto fui contemplado sem o saber”. As instalações da Junta de Freguesia de Águas Santas, por serem exiguas, não podem concorrer por falta de espaço para albergar os Gabinetes de Inserção Profissional. Em contrapartida, no concelho da Maia, existem freguesias que, em paralelo com Águas Santas, têm um número muito pequeno de cidadãos e as suas Juntas de Freguesia, possivelmente mais carenciadas, dispõem de instalações faustosas. Agradeceu à Câmara Municipal o facto de ter conseguido para a sua freguesia um GIP. Concordou que a Freguesia de Pedrouços tinha uma população mais carenciada que a de Águas Santas, apesar de ter rejeitado outros gabinetes de apoio social como o GAIL e Novos Laços que estavam a funcionar na freguesia de Águas Santas, nos Vencedores de Sangemil, para que a freguesia de Pedrouços pudesse encontrar resposta aos seus problemas de inserção profissional, o Executivo da Junta de Freguesia de Águas Santas cedia a sua quota-parte à Junta de Freguesia de Pedrouços. Sobre a partidarização, na atribuição de GIP, a Juntas

Socialistas e detrimento das do PSD, disse que não fazia sentido nem compreendia a acusação, uma vez que tinha sido a Câmara que tinha apresentado uma candidatura para a freguesia de Águas Santas. -----

**FERNANDO AUGUSTO MACHADO FERREIRA** disse que não esperava ter de usar da palavra, porém, as circunstâncias e o facto de Gondim ter sido referido, a tal o obrigaram. Lamentou que a Freguesia de Pedrouços não tivesse conseguido a aprovação de um GIP, porém, não poderia admitir que a candidatura de Gondim fosse questionada. Em resposta à acusação do Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva citou o provérbio antigo que "A mulher de César, não basta sê-lo [séria], é preciso parecê-lo". Os Gondinenses iriam ficar atentos a este tipo de atitude. Rejeitou a conotação partidária na atribuição da candidatura de um GIP a Gondim, pois "eu caminhei pelo meu próprio pé", sem ajudas do PS, da Câmara Municipal ou de quem quer que fosse. Conotação partidária poderia existir, mas por parte do PSD. Citou os casos dos representantes da Autarquia no Conselho Geral dos Agrupamentos Escolares da Maia, no Conselho Municipal para o Desenvolvimento Sustentável da Maia, na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens da Maia. Finalizou com o citado provérbio "A mulher de César, não basta sê-lo [séria], é preciso parecê-lo" -----

**ANTÓNIO ALBERTO ANJOS MONTEIRO** disse que o Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva não deveria saber o trabalho desenvolvido pela Junta de Freguesia de Gueifães, ao qual lembrou que Gueifães tinha sido a primeira Freguesia a aderir aos POC do Centro de Emprego; foi, há sete anos, a primeira a ter uma UNIVA a funcionar, que foi subsidiada durante os primeiros quatro anos e, apesar de não o ser, continuou e continuava em actividade; tem o registo dos desempregados na freguesia. Citou, como exemplo, que no corrente ano, tinha cerca de onze mil e duzentos registos. A Freguesia de Gueifães tinha um GAIL com dois técnicos, a trabalhar a tempo inteiro, que eram pagos integralmente pelo erário da Junta de Freguesia. A Junta de Freguesia de Gueifães, há cerca de

quinze anos, estava a combater os problemas sociais da sua freguesia. Por tudo isto, considerou que a atribuição de um GIP a Gueifães tinha sido feita com todo o mérito e justiça.

**ALBINO BRAGA DA COSTA MAIA** disse que não desejava alimentar jogos partidários; não obstante, contestava os métodos de atribuição dos GIP, pois, considerou que tinham sido injustos. Os apoios da Câmara Municipal às Juntas de Freguesia tiveram um resultado nulo; por esta razão, questionou o Executivo Municipal da razão da exclusão da Freguesia da Vila de Moreira na atribuição de um GIP. A Vila de Moreira tinha também uma Técnica a tempo inteiro, paga pela Junta de Freguesia, mas fora excluída. Talvez a razão poderia estar relacionada com o poder de influência dos Senhores Presidentes de Junta do PS junto aos Órgãos de decisão na atribuição dos GIP. Lamentou que a sua Junta de Freguesia tivesse sido desconsiderada, na atribuição do GIP e no apoio aos desempregados. Citou, como exemplo, o envio de centenas de cartas para o Centro de Emprego da Maia, com um resultado nulo. A atribuição de GIP apenas às Juntas de Freguesia do PS era muito estranha. -----

**ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA** pediu a palavra para apresentar um protesto. Protestou, pois não tinha afirmado que a Câmara tinha, apenas, apoiado as candidaturas das Juntas de Freguesia do PSD e, a prová-lo, citou o caso de Águas Santas; aliás, tinha sido o próprio Presidente de Junta a referi-lo. Lamentou a sua frase "ir de jipe para casa" pois, não sabia do que falava, uma vez que os problemas sociais eram um assunto muito sério e grave. O critério de atribuição dos GIP tinha sido o "cartão partidário" para nele serem colocados militantes do PS, o que lamentou. Esclareceu que na sua intervenção não tinha dito que as Juntas Socialistas não deveriam ter sido contempladas. O que disse era que esperava que as candidaturas apresentadas fossem aprovadas, cumprindo a Lei e não fosse utilizado o critério da cor do Executivo da Freguesia para aprovação. -----

**VITOR MIGUEL DA SILVA** pediu a palavra para protestar contra a forma como o Senhor Deputado Abílio Rodrigues de Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Pedrouços, tinha falado do PS e dos militantes socialistas. O Senhor Deputado tinha ficado indignado pelo facto

de Pedrouços não ter conseguido um GIP, ele próprio também tinha ficado triste por Pedrouços ter abandonado a AVALE, uma Associação que abarca cerca de 50 mil cidadãos, alegadamente por razões económicas e porque dava muito trabalho. Então, o trabalho da Junta de Freguesia de Pedrouços era quase nulo, excepto a cedência das instalações. Concordou que os problemas sociais existentes em Pedrouços, justificavam a existência de um GIP. Mas esta lacuna não deveria ser aproveitada para “atirar pedras aos telhados dos outros”. Protestou, ainda, contra a afirmação do Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva ao ter referido que o PS só defendia os interesses dos seus militantes, pois sugeria “jobs for de boys” nos GIP. Esta afirmação era inaceitável. E era ainda mais inaceitável por ter sido proferida pelo Líder da Bancada da Maioria que suportava o Executivo Municipal, que admitia assessores nas empresas municipais, na admissão dos candidatos através dos Concursos para Professores dos AEC. Citou o caso de um concurso para três vagas de professores coordenadores e no final tinham sido admitidos quatro. O Senhor Deputado tinha faltado ao respeito da Bancada do PS na Assembleia Municipal, tinha faltado ao respeito dos militantes do PS e acima de tudo aos cidadãos presentes na Sessão. -----

**LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES** pediu a palavra para defesa da honra. O Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva tinha-o ofendido de três formas, o que não podia admitir: a primeira pela forma como se referiu à Freguesia de Gondim, na qual era o Presidente da Assembleia de Freguesia, a segunda por não admitir que a Câmara Municipal tivesse apresentado candidaturas preferenciais a Juntas Social-Democratas a programas do Governo; porém, ainda mais grave era a afirmação de que o PS beneficiava os seus militantes. Ele próprio era militante do PS. Pediu ao Senhor Deputado para retirar o que disse ou afirmar onde, como e em que ele próprio tinha sido beneficiado pelo seu partido. -----

**ABÍLIO RODRIGUES DE SOUSA** pediu a palavra para dar esclarecimentos. Registou com apreço as palavras proferidas pelo Senhor Fernando Augusto Ferreira Machado, Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Gondim sobre a exclusão da Freguesia de Pedrouços na

atribuição de um GIP. Sobre a sua saída da AVALE, disse que os outros parceiros não queriam pagar as despesas; porém, para receber apoios e verbas já estavam disponíveis. Relatou o caso de Águas Santas que não queria que os desempregados não fossem apresentados quinzenalmente em Pedrouços. A passagem do GAIL e Novos Laços para Águas Santos tinha sido provocada por razões económicas, pois não tinha possibilidades de suportar as despesas, e, neste caso, ainda tinha o direito de decidir. -----

**MÁRIO JOSÉ GOMES GOUVEIA** esclareceu que tinha apresentado a sua candidatura através da Internet; não tinha feito qualquer tipo de influência; não conhecia qualquer dos avaliadores das candidaturas, e, por todas estas razões, não conseguia entender qual era o problema. O que interessava eram os cidadãos maiatos. Recomendou à Câmara Municipal para que apoiasse os GIP que tinham sido criados. -----

**FERNANDO AUGUSTO MACHADO FERREIRA** pediu a palavra para defesa da honra. Reiterou o provérbio: "A mulher de César, não basta sê-lo [séria], é preciso parecê-lo". A sua postura na Assembleia Municipal era a da defesa dos Gondinenses, dos Maiatos e de todos os cidadãos, qualquer que fosse o seu quadrante político. -----

**ALOÍSIO FERNADO MAIA NOGUEIRA** disse que tinha pedido a palavra para pedir desculpa pelo espectáculo lamentável a que todos estavam a assistir para discutir assuntos de "lana-caprina". Perguntou à Bancada da Maioria o seguinte: "Estavam à espera que fosse de modo diferente? Surpreende alguém? Está, ou não, inscrito no património genético do Partido Socialista esta questão? Estamos aqui a perder tempo. Há matérias muito importantes. É esquecer e continuar os trabalhos. O que é preciso é resolver os problemas da Maia". -----

**O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA, ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO,** em resposta às questões colocadas, deu os seguintes esclarecimentos: informou o Senhor Deputado Floriano Pinho Gonçalves que o acesso ao Salão Nobre da Câmara, por parte de cidadãos portadores de deficiência estava a ser estudado; aliás, no passado dia 7 Abril, a Câmara Municipal tinha apresentado o Plano Municipal de Acessibilidades para Todos do

**LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES** pediu a palavra para fazer uma Declaração de Voto. Lamentou que esta Moção não tivesse sido previamente presente da Reunião de Líderes. Se a CDU o tivesse feito, teria sido mais fácil encontrar uma solução consensual, pois, os trabalhadores portugueses eram disso merecedores. O PS, como força partidária que se inscrevia na corrente política que tinha construído as sociedades mais justas do Planeta de todos os tempos, teria muito gosto em apoiar a Moção. -----

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** colocou à votação a admissão da Moção "Saudação ao 1.º de Maio em luta contra o desemprego e a precariedade", já anteriormente identificada como documento 3. -----

----- O documento foi admitido por unanimidade. -----

----- Para a sua discussão inscreveu-se e usou da palavra os Senhores Deputados: -----

**FRANCISCO AMORIM DOS SANTOS BAPTISTA** lamentou as declarações infelizes do Senhor Deputado Luis Maria Fernandes Areal Rothes ao designar a Moção do BE de "aproveitamento político e mesquinho". Considerou as suas afirmações descabidas. Sabia, muito bem o que era sofrer, o que eram as prisões da PIDE, o que era a luta sindical numa empresa. Citou o caso dramático do sofrimento, prisão e morte do seu pai. A sua luta era real, sentida na pele durante muitos anos de trabalho, pois, a sua actividade laboral fora iniciada aos 12 anos. Por tudo isto, as suas palavras não eram apenas retórica, mas sim, eram sentidas, emanadas do coração, temperadas na dor e na luta. Durante a sua vida profissional, na empresa onde trabalhou até à sua reforma, nunca teve qualquer prémio ou benesse. Estava de acordo e subscrevia as palavras do Senhor Deputado António Costa Pereira, da CDU, sobre o que era a "esquerda democrática". A Assembleia Municipal da Maia não deveria deixar que o 1.º de Maio passasse sem antes transmitir às centrais sindicais a sua preocupação com a situação de desemprego e de precariedade que os trabalhadores portugueses viviam presentemente. O Senhor Deputado Luis Maria Fernandes Areal Rothes apelidava a Coligação Primeiro as Pessoas de "Direita Conservadora", porém, a política laboral do actual Governo Socialista,

tinha ultrapassado e estava muito mais à direita que a sua "Direita Conservadora", com as alterações que estava a fazer ao Código do Trabalho -----

----- Posto à votação **foi aprovado por maioria** com a abstenção dos Senhores Deputados do PS, do Senhor Deputado Independente Floriano Pinho Gonçalves e pelo Senhor Deputado António José Neves Nogueira da Costa, da Coligação Primeiro as Pessoas. -----

**LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES** pediu a palavra para fazer uma Declaração de Voto. A abstenção do PS não era motivada pelo percurso pessoal do Senhor Deputado Francisco Amorim dos Santos Baptista. Percurso esse que muito respeitava bem como todos os trabalhadores. O PS ao abster-se, fazia-o na certeza de que era a força política com um maior número de trabalhadores em Portugal. Os dados de 2005, colocavam o PS em primeiro lugar, seguido do PCP e do PSD e o partido que continha o maior peso das classes mais privilegiadas em Portugal, era o BE e a seguir o PP. Por isso, o Partido Socialista nada tinha a acrescentar sobre a representatividade dos trabalhadores. -----

**FLORIANO DE PINHO GONÇALVES** disse que estava solidário e que comungava os sentimentos do BE. Qualquer proposta ao ser apresentada deveria ter alguma viabilidade e não ser feita de ânimo leve. Considerou as propostas irrealis e o país não dispunha de recursos para as poder cumprir. Por esta razão se tinha abtido. -----

----- **2. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º 40.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**

----- Nenhum Muncipe se inscreveu para usar da palavra. -----

**3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **3. 1. APRECIACÃO E VOTACÃO DA ACTA N.º 2/2009.** -----

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- Posta à votação, foi aprovada por unanimidade. -----

— 3. 2. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL. I (ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ART.º 5.º DO REGIMENTO: -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA informou que a todos os Senhores Deputados tinha sido enviada a “Informação do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade Municipal”, que faz parte integrante da acta como **documento 10**. -----

----- Inscreveu-se e usou da palavra o Senhor Deputado: -----

VÍTOR MIGUEL DA SILVA considerou a informação do Senhor Presidente da Câmara uma mão cheia de pouco e uma mão cheia de nada. O que o documento continha abonava muito pouco sobre o trabalho realizado pela Câmara, não, nas obras referidas, mas nas que não o foram. Realçou o referido no ponto número cinco do texto que era o que designou “ex-Futuro Hospital Lidador”, sobre o qual nada constava sobre a obrigação do Executivo de informar os Senhores Deputados Municipais do ponto da situação deste e doutros investimentos, mesmo de pequena dimensão, como os casos por ele referidos na última sessão da Assembleia, nomeadamente a semáforização do cruzamento da Rua do Calvário com a Rua Dom Afonso Henriques, na Picua, ainda sem solução; o estado péssimo em que se encontrava o pavimento da Rua de Terramonte; o estado igual e lamentavelmente péssimo da Rua Central de Rebordãos, que há décadas aguarda por obras de beneficiação. Nada disto constava na Informação do Senhor Presidente e o Executivo também se deveria preocupar com as pequenas obras, o que lamentou. -----

O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA disse que não concordava com o termo “uma mão cheia de pouco e uma mão cheia de nada”, pois eram observações de quem ainda andava a aprender. A Informação do Senhor Presidente era um documento com uma forte carga de preocupação social, solidariedade e muito responsável. Disse que iria dar a conhecer ao Senhor Presidente da Câmara sobre o pedido de inclusão na sua Informação de pequenas

obras. Sobre a colocação de semáforos no cruzamento da Rua do Calvário com a Rua Dom Afonso Henriques, na Picua, referiu que se justificava, mas não imprescindível, pois havia muitos cruzamentos, ainda com maior tráfego e que nunca tiveram semáforos. No caso referido, disse que na Urbanização da Picua ainda não tinha sido construída uma única habitação ou edifício. Sobre o estado de degradação das Ruas de Terramonte e Central de Rebordãos iam ser intervencionadas, uma vez que a Câmara estava a realizar obras de beneficiação em muitas vias do concelho, entre as quais se incluíam as referidas artérias. Apesar de não constar da Informação do Senhor Presidente deu a conhecer que num estudo recentemente elaborado pela Marktest, sobre os concelhos e regiões, os dados disponíveis no sistema de informação mostravam que em 6% do território continental se concentrava 50% do seu poder de compra. O que permitia verificar que o poder de compra se concentrava num número muito restrito de concelhos: 25 dos 278 concelhos do Continente concentravam metade (50,1%) do índice de poder de compra regional. A Maia era um desses 25 concelhos. Estes dados elaborados por uma entidade independente espelhavam de forma clara a posição confortável do nosso concelho. -----

**VÍTOR MIGUEL DA SILVA** pediu a palavra para protestar contra o Senhor Vice-Presidente da Câmara por o ter insultado na sua capacidade intelectual. Não o poderia admitir. Ele próprio e todos os Senhores Deputados Municipais, que estavam no seu primeiro mandato, eram merecedores de respeito. Nutria uma grande admiração pela ponderação e sapiência no uso da palavra do Senhor Vice-Presidente da Câmara, mas, por vezes, cometia desvios que não eram nada abonatórios. Citou um caso idêntico verificado anteriormente com o seu colega de Bancada, o Senhor Deputado João Veloso da Silva Torres. Deveria ser respeitado e merecia ser respeitado. A personalidade, o cargo e a idade do Senhor Engenheiro António Domingos da Silva Tiago eram razões para uma maior ponderação de linguagem e que a razão poderia estar relacionada com o adiantado da hora. Apesar de ser um episódio sem significado, entendeu que o não deveria passar despercebido. -----

— 3. 3. CONSTITUIÇÃO, GESTÃO E EXPLORAÇÃO DE UM FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO INTEGRALMENTE SUBSCRITO PELO MUNICÍPIO, INTEGRANDO O IMÓVEL DESIGNADO POR “PRAÇA MAIOR” – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO. —————

— Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. —————

— Posto à votação, foi **aprovado por maioria**, com três votos contra: 2 dos Senhores Deputados da CDU e 1 do Senhor Deputado António José Nogueira da Costa da Coligação Primeiro as Pessoas e 2 abstenções dos Senhores Deputados do Bloco de Esquerda. —————

**ANTÓNIO COSTA PEREIRA** pediu a palavra para fazer uma declaração de Voto. Declarou que a CDU votara contra, pois, era contra a constituição de qualquer Fundo de Investimento Imobiliário Fechado. Para o fundamentar, referiu que na Certificação Legal das Contas - relatório que faz parte integrante do processo “Prestação de Contas – Anexos Documentais”, do Município da Maia, relativas ao ano de 2008, da autoria da empresa Esteves & Pinho, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas - lhes dava razão. Leu o ponto número 9 do referido documento, que era do seguinte teor: “Ênfases. Sem afectar a opinião expressa na parágrafo anterior, e tal como referido no ponto 8.2.18 das Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, foi constituído, neste exercício de 2008, um Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado, com impactos significativos em algumas rubricas das demonstrações financeiras, no qual o Município da Maia é o único subscritor e titular das Unidades de Participação. As demonstrações financeiras destes Fundos de Investimento evidenciam passivos no montante de 13.735.125 euros”. Considerou esta situação um pouco preocupante. —————

— 3. 4. PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2008 DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA. —————

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** propôs e foi aceite a discussão conjunta e votação em separado dos pontos 3.4 e 3.5. —————

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados: -----

**MARCO JOSÉ DUARTE MARTINS** que leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 11.** -----

**ALCINDA MÁRCIA OLIVEIRA GUEDES DA SILVA** disse que o documento em análise merecia por parte da CDU os seguintes comentários: sobre as Receitas de Capital verificavam uma execução orçamental de apenas 21%; um aumento da Receita no que se referia aos Impostos Directos, o IMI; sobre as rubricas de natureza de Capital, receita cobrada, eram sempre significativas inferiores à da Despesa Paga; no IMT havia uma diminuição significativa; um expressivo incremento aos serviços desportivos, que apesar de não ser colocado em causa o próprio incremento, simplesmente suscitavam algumas questões, sobretudo na comparação do incremento noutras áreas, nomeadamente a da Educação; na Publicidade também se verificava um grande aumento na Despesa; em contrapartida, havia um investimento bastante baixo no item dos Edifício Escolares. Por tudo isto, a Taxa de Execução das Receitas Correntes poderia ser considerada positiva, mas à custa da cobrança de mais impostos e taxas, o que era demonstrativo da incapacidade de obtenção de receita de Transferência de Capital, nomeadamente dos Fundos Comunitários, que apesar de se estar no segundo ano de aplicação do QREN; a Despesa com Pessoal tinha subido na proporção dos gastos com o Ensino Básico, devido sobretudo à transferência de competências da Administração Central, sendo que esta transferência implicava também a transferência de meios, incluindo económicos, para a Câmara; as Receitas de Capital, decorrentes das transferências do Estado, tiveram um acréscimo de cerca de 6%, face ao ano anterior, pelo que não era nesta matéria que residia o problema essencial, sem prejuízo da política de redução das transferências do Estado, por força da aplicação da Lei das Finanças Locais; da responsabilidade do Partido Socialista. Face ao exposto e aos considerandos referidos, a CDU iria votar contra. -----

**SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA** leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 12.** -----

**ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA** prescindiú. -----

**JOAQUIM MANUEL MARQUES GONÇALVES** disse que não valia a pena gastar o tempo precioso na análise de um documento, depois da Oposição ter definido o seu sentido de voto. Não esperava ouvir do Partido Socialista o que ouvira sobre as comemorações do 1.º de Maio. A crise que assolava o país e o mundo estava espelhada no documento em análise. Lamentou que a Oposição não tivesse salientado o resultado positivo do esforço financeiro da Autarquia na redução da dívida nos últimos anos. A dívida nos últimos cinco anos, tinha sido reduzida em 25%, era sem dúvida algo muito importante tendo em conta que a Câmara Municipal mantinha a execução dos investimentos previstos. Referiu como exemplo dos investimentos indirectos as transferências para as Juntas de Freguesia de verbas destinadas à construção de novos edifícios-sede, estes investimentos representavam uma significativa fatia no orçamento municipal. O Partido Socialista, nos últimos quatro anos, afirmava que a prioridade na contenção da despesa deveria estar centrada na redução do endividamento. A Câmara Município fazia-o, com resultados excelentes na redução da dívida, e o PS, perante resultados tão bons considerava que deveria ser ainda maior. Algo estava errado. O Partido Socialista da Maia não estava preparado para assumir responsabilidades no Município e também não se preocupavam com isso, pois, sabia que, em Outubro próximo, não iria chegar ao poder na Maia. Louvou o Executivo Municipal pelo rigor dos documentos apresentados, incentivou-os a continuar com igual rigor e transparência, pois, este era o caminho que deveria trilhar para bem de uma Maia maior e ainda melhor para todos. -----

**O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que a Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2008 da Câmara Municipal da Maia tinham sido certificadas por Auditores Externos, presentes no auditório. O Executivo continuava a trilhar o caminho certo do saneamento financeiro do Município e, mesmo assim, tinha aumentado em 10% a transferência de verbas para as Juntas de Freguesia a que se poderia acrescentar os contratos-promessa com as Juntas de Freguesia para estas construirem novas sedes. O Senhor Deputado Silvestre



Santos Gomes Pereira tinha feito uma análise exaustiva do documento; porém, tinha inflectido ao dizer que esperava os resultados das empresas municipais. Estavam todos incluídos. O investimento nos edifícios escolares, referido pela Senhora Deputada Alcinda Márcia Oliveira Guedes da Silva era significativo e, no triénio 2008/10, a Câmara iria investir em edifícios escolares um valor de cerca de 15 milhões de euros. A Receita do Capital não tinha sido tão expressiva como era espectável, devido ao facto do valor recebido das candidaturas da Câmara Municipal ao Programa QREN era quase nulo. Ao Senhor Deputado Marco José Duarte Martins, sobre a Receita de Capital, lembrou que, há alguns anos, o PS criticava a Câmara por não ser geradora de Receitas Extraordinárias, agora contestava e não o relevava. Os Fundos de Investimentos, as Parcerias e os mecanismos de responsabilização mútua. Lembrou que o Senhor Primeiro-Ministro ter referido publicamente ser um defensor deste tipo de aplicação com fórmula geradora de receitas de Capital. Esta é a via que a Câmara estava a seguir. Uma estratégia, que considerou acertada: serem reguladores e não os investidores dos projectos. ---

----- Posto o ponto à votação, **foi aprovado por maioria** 13 votos contra: 2 da CDU, 2 do BE e 9 do PS. -----

----- **3. 5. INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO.** -----

----- Posto o ponto à votação, **foi aprovado por unanimidade**. -----

----- **3. 6. 1.ª PROPOSTA DE REVISÃO AO ORÇAMENTO DE RECEITA DO MUNICÍPIO, PARA O ANO FINANCEIRO DE 2009.** -----

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- Posto o ponto à votação, foi aprovado por unanimidade. -----

----- **3. 7. DOCUMENTOS FINAIS OBRIGATÓRIOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E SANEAMENTO DA MAIA, RELATIVOS AO ANO DE 2008.** -----

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados: -----

**LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES** referiu que da análise dos documentos Finais Obrigatórios de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento da Maia, relativos ao ano de 2008, se poderia dizer que o resultado era menos mau que o verificado no ano de 2007. Chamou a atenção para dois pontos: as contas apresentadas evidenciavam que a chamada de atenção do PS no ano transacto, faziam sentido, tendo aproveitado para sugerir à Bancada da Maioria as intervenções que ela própria tinha feito, então, na defesa deste ponto, o segundo ponto era para dizer que, apesar de tudo, o PS acompanhava com muito cuidado a evolução futura dos destinos dos SMAS, sobretudo na componente financeira. O PS quando vier a ter responsabilidades na Administração dos SMAS iria ter em grande conta esta evolução. -----

**ANTÓNIO COSTA PEREIRA** leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 13**. -----

**SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA** prescindiu. -----

**ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA** elogiou a excelência da gestão dos SMAS, gestão que deveria servir de exemplo para todos os Municípios da Área Metropolitana do Porto. Por esta razão, os documentos Finais Obrigatórios de Prestação de Contas, dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento da Maia, relativos ao ano de 2008, eram merecedores de louvor e era a razão da votação favorável dos Senhores Deputados da Coligação Primeiro as Pessoas. -----

----- Posto o ponto à votação, **foi aprovado por unanimidade**. -----

----- **3. 8. REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DO CIDADÃO COM DEFICIÊNCIA**. -----

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados: -----

**OCTÁVIO VITOR MOUTINHO FERREIRA DOS SANTOS** leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 14**. -----

**SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA** leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 15.** -----

----- Posto o ponto à votação, foi aprovado por unanimidade. -----

----- **3. 9. ATRIBUIÇÃO DO ESTATUTO DE UTILIDADE PÚBLICA À UNIÃO NOGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE – PARECER DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA.** -----

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados: -----

**JOAQUIM SOARES DA SILVA** leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 16.** -----

**ILÍDIO DA SILVA CARNEIRO** disse que a aprovação da proposta em análise de Atribuição do Estatuto de Utilidade Pública à União Nogueirense Futebol Clube era um momento que o deixaria muito feliz e contente. Manifestou sua congratulação com a intervenção do Senhor Deputado Joaquim Soares da Silva, que ele obviamente subscrevia integralmente. Também conhecia e bem “todos os cantos da casa”, pois de jogador a dirigente ocupara todos os cargos. Louvou e agradeceu à Câmara e o Senhor Vereador proponente, Doutor Manuel Marques Nogueira dos Santos, outro Nogueirense que também conhecia “todos os cantos da casa”. Recordou e louvou todos os que, ao longo dos anos, fizeram do clube o que ele hoje era na actualidade. Esperava uma aprovação unânime de toda a Assembleia. -----

----- Posto o ponto à votação, foi aprovado por unanimidade. -----

----- **3. 10. RELATÓRIO DE GESTÃO DAS EMPRESAS MUNICIPAIS: “MAI AMBIENTE – EMPRESA MUNICIPAL DO AMBIENTE, E.E.M.”, DA “EMPRESA METROPOLITANA DE ESTACIONAMENTO DA MAIA, E.E.M.”, DA “ACADEMIA DAS ARTES DA MAIA, PRODUCÇÕES CULTURAIS, E.E.M.”, DA “ESPACO MUNICIPAL – RENOVACÃO URBANA E GESTÃO DO PATRIMÓNIO,**

E.E.M. E DA TUM – TRANSPORTES URBANOS DA MAIA, E.M. – (para conhecimento. -----

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados: -----

**SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA** leu o texto que faz parte integrante da acta como documento 17. -----

**ANTÓNIO DA COSTA PEREIRA** referiu que no Parecer do Fiscal Único estava referido a atribuição de subsídio, por parte da Câmara Municipal, à Maiambiente, no valor de 2,5 milhões de euros para o triénio 2008 a 2010, que no ano transacto não tinha sido atribuída. Questionou o Senhor Vice-Presidente se a Câmara Municipal estava disposto a cumprir o Protocolo de Acordo com o Parecer do Tribunal de Contas, no montante de 7,5 milhões de Euros. -----

**O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** esclareceu que a Câmara estava a aguardar o Visto do Tribunal de Contas. Qualquer Contrato de Exploração carecia do Visto do Tribunal de Contas. Uma Empresa Municipal, como a Maiambiente, para poder sobreviver necessitava de um subsídio à exploração que deveria ser plasmado num Contrato de Gestão, que obrigatoriamente deveria ser visado pelo Tribunal de Contas. O valor aprovado pelo Executivo para a Maiambiente era de 5 milhões de euros, pois para o ano de 2010, apesar de poder vir a ser de 2,5 milhões de euros, ainda não estava autorizado pela Câmara Municipal. -----

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida e aprovada, por unanimidade, a acta em minuta, para efeitos imediatos das deliberações tomadas, tendo sido dado à Mesa o inerente voto para a sua elaboração definitiva. -----

----- E sendo uma hora e cinquenta e cinco minutos do dia 30 de Abril do ano em curso, foi dada por encerrada a reunião, de que, para constar, se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos Membros da Mesa: Presidente da Assembleia Municipal, Domingos de Jesus e Sousa, pelo 1.ª Secretária Maria de Lurdes da Costa Almeida Rebelo Maia e 2.ª Secretária Joana Martins dos Santos Ascensão. -----

O Presidente: \_\_\_\_\_



7-2

A 1.ª Secretária: Glauco Lourenço Alves M. S. Silva

A 2.ª Secretária: \_\_\_\_\_



Doc. 1  
Hh  
M

**BREVE NOTA SOBRE A VISITA DE ESTUDO DOS FORMANDOS DOS CURSOS  
EFA/Secundário À ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA**

Consciente da importância da qualificação dos recursos humanos da sua comunidade, o Agrupamento de Escolas de Águas Santas tem vindo, no corrente ano lectivo, a apostar no alargamento da sua oferta educativa à Educação de Adultos – desde a alfabetização ao 12º Ano.

Neste âmbito e em regime pós-laboral decorrem, na Escola Secundária, dois cursos de Educação e Formação de Adultos ao nível do Secundário (certificação e diploma do 12º Ano).

No contexto curricular (ver quadro em baixo) desta muito interessante oferta integrada de educação e formação vamos realizar uma visita de estudo à sessão ordinária da Assembleia Municipal da Maia. Trata-se de um momento importante que resulta no culminar de um processo de ensino/aprendizagem onde o conhecimento da realidade social e política se revela de inegável interesse. Para isso os vinte Formandos, os seus seis Professores e dois Mediadores (no fundo toda a equipa pedagógica) prepararam esta visita conhecendo previamente as principais regras regimental o seu funcionamento orgânico. Estes conteúdos foram trabalhados a partir do sítio <http://www.mmaia.pt>.

Núcleos Geradores		Tempos Horas
CULTURA, LÍNGUA E COMUNICAÇÃO (CLC) / SOCIEDADE, TECNOLOGIA E CIÊNCIA (STC)	CIDADANIA E PROFISSIONALIDADE (CP)	
1º - Saberes fundamentais	Direitos e Deveres	150
2º - Urbanismo e Mobilidade	Identidade e Atitude Complexidade e Mudança (Dr2/Dr3)	150
3º - TIC	Complexidade e Mudança	150
4º - Saúde	Convicção e Firmeza Ética	150
5º - Equipamentos e Sistemas Técnicos	Programação	150
6º - Gestão e Economia	Argumentação e Assertividade	150
7 - Ambiente e Sustentabilidade	Reflexividade e Pensamento Crítico	200

**Estamos convictos que com esta iniciativa todos ficarão a saber mais, sobretudo na sua componente valorativa, visando uma crescente consciência cívica dos nossos formandos**

Águas Santas, 27 de Abril de 2009

Oscar de Pinho Brandão

### Assembleia Municipal da Maia

De: josepleal@clix.pt  
Enviado: segunda-feira, 20 de Abril de 2009 23:11  
Para: assembleia@cm-maia.pt  
Assunto: Fwd: Visita de Estudo à Assembleia Municipal de 29 de Abril

----- Original Message -----

From: Agrupamento Águas Santas Maia  
To: josepleal@clix.pt  
Sent: Seg Abr 20 22:27  
Subject: Fwd: Visita de Estudo à Assembleia Municipal de 29 de Abril.

Muito boa tarde.

Na sequência dos contactos feitos sou a informar que o número de alunos do Curso EFA/Secundário do Agrupamento de Escolas de Águas Santas é de 20 e o de professores 6.

Tendo em vista a preparação da mesma solicito que nos seja enviado o Regulamento da Assembleia e a Ordem de Trabalhos.

Agradeço que nos seja indicado a hora e o local.

Muito grato pela atenção.

Óscar Brandão → 51 774 33 61

=

→ 2 anexos:

REGULAMENTO NA SITIO DA A.M. → DOCUMENTOS  
ORDENS TRABALHOS → NA SITIO 'PRIMEIROS PASSOS'



~~Lista~~  
Moção A

Doc 2  
17-7  
R  
2

## MOÇÃO

Considerando a proximidade das comemorações do 1º de Maio, Dia do Trabalhador;

Considerando que estas comemorações se revestem de um elevado significado para os trabalhadores e o Povo português, dados os momentos difíceis que vivemos, com o aumento do desemprego, o aumento da pobreza, o aumento da exclusão social e o aumento do fosso entre ricos e pobres;

Considerando que são os pequenos e médios empresários, que geram a maior parte do emprego e que passam nesta altura por grandes dificuldades, não só para manter as próprias empresas, como também os postos de trabalho, dificuldades essas impostas por medidas e leis do governo PS, levando muitas das vezes ao encerramento das empresas e atirando para o desemprego inúmeros trabalhadores;

A Assembleia Municipal da Maia, reunida em sessão ordinária hoje dia 29/04/2009 delibera:

- Saudar o 1º de Maio e os Maiatos pela luta na defesa dos direitos dos trabalhadores, consagrados na Constituição;
- Afirmar os valores do Direito ao Trabalho;
- Apelar a todos os Maiatos para participarem nas comemorações populares do 1º de Maio;
- Saudar todos os trabalhadores Maiatos que diariamente lutam pelos seus direitos, liberdades e garantias.

Aprovada por maioria  
e abst. do PS.

enviar a CS. local, Rep. Municipal

A Bancada da CDU

Henrique Oliveira  
Ad. este



**BLOCO DE ESQUERDA  
MAIA**

Hm  
A

Moção B  
Aprovada por  
maioria  
C/abs. PS.  
Pres. J.V.N.  
Def. PSD Nogueira Car.

### Moção

#### **Saudação ao 1º de Maio em luta contra o desemprego e a precariedade**

Os trabalhadores portugueses estão hoje confrontados com uma gravíssima situação no mundo do trabalho. Os salários são tão baixos que empurram muitos assalariados para os dois milhões de pobres existentes em Portugal. E há hoje um desemprego crescente (só na Maia são quase 8.000, dos quais quase 4.500 são mulheres) e há também uma enorme instabilidade nos vínculos laborais.

Esta situação resulta directamente da ideologia neo-liberal que comandou a actuação dos governos nos últimos anos. Aos trabalhadores passaram a chamar "colaboradores", aos despedimentos passaram a chamar "ajustamentos na organização das empresas". Mas em Portugal há ainda uma outra ameaça: um Código do Trabalho, que na continuidade do código Bagaão Félix, quer tornar os despedimentos mais fáceis, mais rápidos, mais baratos – um triplo simplex para os patrões.

Fazer do trabalho precário a regra em vez de excepção nos contratos laborais, empurrar as relações de trabalho para o quadro da legislação civil, enfraquecer a contratação colectiva e desvalorizar a sindicalização dos trabalhadores, eis outras marcas desta brutal ofensiva contra os assalariados.

Comemorar o 1º de Maio é lembrar todas e todos que desde 1888 saem às ruas em todo o mundo por trabalho digno. E é também combater a ganância do capital e colocar a exigência de ruptura com as políticas neo-liberais dos governos, pela melhoria das condições de vida e de trabalho, pela integração nos quadros dos trabalhadores precários, por aumentos dos salários e das pensões.

A Assembleia Municipal da Maia, reunida em 29 de Abril de 2009, saúda o 1º de Maio, todas e todos os trabalhadores e as suas lutas.

Os deputados municipais do BE

Francisco Amorim

Silvestre Pereira

## O 1º de Maio, Hoje

Homens de carga! Assim as bestas vão curvadas!  
Que vida tão custosa! Que diabo!  
E os cavadores pousam as enxadas,  
E cospem nas calosas mãos gretadas,  
Para que não lhes escorregue o cabo.

Povo! No pano cru rasgado das camisas  
Uma bandeira penso que transluz!  
Com ela sofres, bebes, agonizas;  
Lístrões de vinho lançam-lhe divisas,  
E os suspensórios traçam-lhe uma cruz!

Cesário Verde, "Cristalizações"

Escolhi estas duas estrofes do poema "Cristalizações" de Cesário Verde, um dos poetas que mais me sensibilizou, era eu um jovem com 15 anos, estudante do 5º ano do liceu, para que nós, que temos uma vida mais suave, nunca esqueçamos quem tem de trabalhar no duro para ganhar o pão de cada dia.

Hoje já passei dos cinquenta, e continuo a emocionar-me sempre que revisito Cesário. Um poeta que tendo nascido numa família abastada, nem por isso deixou de se solidarizar com os operários, que considerava vítimas das injustiças sociais. Numa carta ao seu amigo Silva Pinto, dizia: "A mim o que me rodeia é o que me preocupa". Que este sentimento do poeta seja para nós uma máxima de acção política.

### A História

No próximo 1º de Maio completam-se cento e vinte e três anos, desde que os operários americanos, reagindo contra as duras e desumanas condições de trabalho a que a "Revolução Industrial" os tinha conduzido, fizeram uma greve geral, à qual aderiram mais de um milhão de trabalhadores em todo o território norte-americano.

Chicago foi o epicentro desta manifestação histórica. Foi justamente nesta cidade norte-americana, que a violenta e violentadora reacção do Poder se fez sentir através de uma brutal e criminosa "carga de policia", da qual resultaram não só penas de prisão perpétua, condenações à morte, mas também a morte de dezenas de trabalhadores, que pereceram em consequência de uma bomba colocada pela própria policia!...

A imprensa, exercendo a função de "Braço do Poder", defendia o recurso à violência contra os trabalhadores como a solução para o conflito. Neste sentido, o "Chicago Tribune" dizia: "A prisão e os trabalhos forçados são a

única solução adequada para a questão social” e no “New York Tribune” podia ler-se: “Estes brutos só compreendem a força, uma força que possam recordar por várias gerações”.

Este é um exemplo paradigmático de como uma comunicação social independente é tão necessária à Democracia e, como os jornalistas são, tal como os políticos, igualmente responsáveis pelo curso da História.

Senhores Deputados,

Estes “Mártires de Chicago” exigiam apenas a redução da jornada de trabalho para oito horas, e já naquele tempo o **capitalismo selvagem**, baseado na máxima “obter o maior ganho com o mais baixo custo”, não respeitava a dignidade da pessoa humana, e digo apenas dignidade da pessoa humana, pois os direitos dos trabalhadores eram, nesta época, ainda muito embrionários.

### **O Presente e os Efeitos Nefastos da Globalização**

E hoje Senhores Deputados?

O mesmo capitalismo selvagem, que na sua vertente financeira se chama agora “**capitalismo de casino**”, continua com a mesma lógica de acumulação de capital, de ganhar o mais possível, nem que para isso seja necessário recorrer aos “jogos da bolsa” e fugir ao fisco através do expediente legal dos paraísos fiscais.

É esta lógica neoliberal baseada na **teologização do mercado** que é preciso combater e destruir, se queremos honrar a memória daqueles que tomaram a lutar por uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais solidária.

A Europa, depois dos trinta gloriosos anos de crescimento do período pós guerra, e do “Welfare State”, vê surgir, como consequência do capitalismo financeiro-especulativo, a grande Crise Global (**financeira, económica, energética, ambiental, alimentar** e essencialmente **ética**) anunciada, entre outros, por **Joseph Stiglitz** e **Paul Krugman**. Crise Global, cuja dimensão e profundidade só agora começamos verdadeiramente a ter consciência, com consequências gravíssimas para o futuro do Mundo.

Numa época de grandes mudanças, em que a Globalização sem Regulação se transformou numa estratégia de camuflagem de uma nova e original forma de Exploração Universal dos Trabalhadores, é necessário defender um **novo modelo de capitalismo**, um capitalismo social e ecológico, o

único capaz de criar riqueza e realizar a justiça social, sem comprometer o esgotamento dos recursos naturais.



### **Os Ideais/Valores da Democracia**

São estes **Ideais de Solidariedade e de Justiça Social** que devem dar-nos força para continuarmos a ter uma participação activa na vida pública, apesar de todo o desencanto que possamos sentir face à "**Realpolitik**", que infelizmente se tem vindo a tornar numa prática corrente, minando a ética política e criando um ambiente de suspeição em torno dos políticos, neste momento histórico de profundas mudanças que estamos a atravessar, tão propício à confusão e à crise das ideologias.

### **A Exigência Ética e a Luta Contra a Corrupção**

É necessário, de uma vez por todas, que a **Culpa** e a **Responsabilidade** das desigualdades sociais, não sejam recorrentemente atribuídas ao **Sistema** ou à **Crise**, mas aos homens concretos de carne e osso e às políticas por eles implementadas. Os mesmos homens que não se cansam de falar em Solidariedade e Justiça Social, mas que simultânea e contraditoriamente deixam transparecer sinais de envolvimento em negócios pouco claros e troca de favores.

A Corrupção mina a Democracia, corrompe a Humanidade e faz cair a Esperança. A corrupção é a nossa pior inimiga porque destrói, num minuto, tudo aquilo pelo qual podemos ter lutado ao longo de uma vida. A corrupção é a pior forma de exploração do trabalho, porque ao distorcer a concorrência e ao favorecer certas pessoas e empresas em detrimento de outras, provoca falências em cadeia, desemprego em massa, ao mesmo tempo que reduz as receitas fiscais.

É uma hipocrisia afirmar que estamos preocupados com os direitos dos trabalhadores, se simultaneamente com a nossa acção deixamos transparecer que o que verdadeiramente procuramos são apenas os privilégios daqueles que nada fazem.

Os trabalhadores que outrora aceitavam os privilégios do Poder, reclamam hoje e, imediatamente, que quem o ocupa dê o exemplo de austeridade e de contenção, sobretudo em épocas de crise económica como aquela que estamos a atravessar.

## O Obstáculo Ideológico

Senhores Deputados, Ilustres Colegas:

Todos sabemos dos complexos que, quer a esquerda, quer a direita, têm relativamente ao 1º de Maio. Sempre considerei, e considero, que este dualismo Esquerda/Direita prejudica os trabalhadores. Desde logo, porque com as suas manifestações exuberantes, a Esquerda pretende convencer os trabalhadores de que só ela tem sensibilidade social, enquanto a tibieza envergonhada da Direita nas comemorações do Dia do Trabalhador, acaba por ser entendida como uma atitude de indiferença face aos reais problemas do mundo do trabalho. Nem a Esquerda tem o direito de se arrogar a detentora da sensibilidade social, nem a Direita deve ter complexos em colocar-se ao lado dos trabalhadores sempre que o sentimento de Justiça Social o justifique.

O complexo da esquerda está na origem do complexo da direita e vice-versa. Uns e outros esquecem-se que a "sensibilidade ética dos homens" não se mede pelos seus credos ideológicos mas pela necessidade de "amar o próximo" como condição da sua própria Felicidade. Prova disso, é o facto da História nos dar exemplos, de como ideologias opostas conduzem aos mesmos resultados, apesar de se basearem em princípios aparentemente inconciliáveis.

Faço votos para que sejamos capazes de ultrapassar o "**obstáculo ideológico**" e para que o 1º de Maio nos possa unir na defesa e na construção de um país mais justo, mais fraterno e mais solidário. Mas, para isso, é necessário estarmos "atentos aos sinais dos tempos" e não nos deixarmos enganar por palavras sedutoras.

O novo código do trabalho é uma arma de dois gumes, que deve manejar-se com cuidado. A **flexibilização** e a **polivalência** não podem, nem devem significar, novas formas encapotadas de exploração do trabalho e dos trabalhadores. O "**lay-off**" está a tornar-se uma prática normal, quando deveria ser uma técnica gestonária de último recurso e, o "**despedimento por inadaptação ao posto de trabalho**" é a pior e a mais descarada forma de exclusão social, assim como a mais grave violação dos direitos dos trabalhadores; para além de desvirtuar todo o esforço e investimento realizados na Educação, Formação e Qualificação Profissional dos portugueses.

Mas o mais escandaloso, Senhores Deputados, é que tudo isto seja permitido e incentivado por um governo que se diz socialista, e que representa a esquerda democrática e reformista!...

O Mundo que está a nascer exige que sejamos capazes de ultrapassar as visões classistas que dominaram os séculos XIX e XX, porque os riscos globais que pendem sobre a Humanidade não podem ser eficazmente combatidos, se continuarmos a agir em nome de Interesses, deste ou daquele grupo social, mas só poderão ser minorados se nos unirmos em torno dos Valores Universais, da **Liberdade**, da **Justiça Social** e da **Solidariedade**, ideias reguladoras da acção política que estão para além de qualquer interpretação partidária ou de apropriação ideológica da Realidade.

### O 1º de Maio Hoje

Comemorar o 1º de Maio é hoje ainda mais necessário do que em 1974, uma vez que, nessa época os ventos da Revolução arrasavam qualquer tentativa de regresso ao Passado. Hoje o risco é maior, porque a Tempestade Global ameaça destruir todos, sobretudo os mais fracos. Aqueles que nada mais têm para dar do que a sua "força de trabalho".

Os trabalhadores de hoje já não são apenas os operários das fábricas, mas os funcionários públicos, os empregados de escritório e do comércio, e os próprios jovens licenciados sem emprego, ou com emprego precário, sem quaisquer garantias ou protecção.

Para evitarmos, ou pelo menos minorarmos os efeitos da catástrofe do desemprego em massa, que já começou, temos de concentrar as nossas energias na recuperação e na viabilidade económica das empresas. Para atingirmos este imprescindível objectivo, o governo central terá de apostar, não na execução de obras megalómanas, mas em projectos locais de desenvolvimento, em função das reais necessidades das pessoas e das empresas, estabelecendo protocolos com as Câmaras Municipais e com as empresas e organizações locais.

Por outro lado, a recuperação económica não pode fazer-se apenas com o sacrifício dos trabalhadores, através de uma injusta política de redução de custos, em que ao sacrifício dos mais baixos salários da Europa se contrapõe a escandalosa remuneração dos gestores públicos e privados, mas terá de ser realizada com o sacrifício de todos.

Senhores Deputados, Ilustres Colegas:

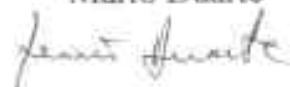
A melhor forma de comemorarmos o 1º de Maio é, enquanto agentes políticos e autarcas, o de sermos capazes de nos unir no que é essencial quanto à defesa dos direitos dos trabalhadores, e simultaneamente darmos

na nossa vida pública e privada, de forma coerente e consequente, o exemplo da virtude moral. É apenas isto que os trabalhadores esperam de nós. Saibamos não só defender os seus direitos, mas respeitar a sua dignidade

Neste sentido, o 1º de Maio é hoje, não apenas uma referência do Passado, mas um problema do Presente e um desafio para o Futuro. Um problema que interpela não somente o sistema económico ou o modelo de desenvolvimento, mas a consciência moral de todos aqueles que exercem o Poder e decidem do destino dos homens, sobretudo daqueles homens que nada mais têm para oferecer do que a sua "força de trabalho", seja manual ou intelectual, pois ela é a única e verdadeira riqueza da Humanidade.

Viva o 1º de Maio.

Mário Duarte





**BLOCO DE ESQUERDA MAIA**

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
Exmo. Senhor Presidente da Câmara  
Senhores Deputados  
Senhores Vereadores  
Digníssimo público  
Imprensa presente:

**Recomendação**

**Por um Programa de Urgência Social contra a crise**

A crise económica e financeira que resultou da aplicação das desumanas teses neoliberais está a traduzir-se no encerramento de empresas, despedimentos, descida de salários (que já eram inferiores em 20% aos doutras regiões do país). Largos sectores da população estão a ser atingidos pela perda de rendimentos, e cresce o número de pobres e de excluídos. Na Maia, e só no último ano, o desemprego cresceu 13%, atingindo actualmente quase 8.000 pessoas, quase mil das quais com nível de escolaridade superior. A Maia ocupa agora o quinto lugar dos municípios com maior desemprego entre os 18 que constituem o distrito do Porto. "A situação social é gravíssima", referem as associações que têm intervenção nesta área.

Os órgãos autárquicos do município da Maia não podem ficar indiferentes. Impõe-se a conjugação de esforços com organismos da administração central e IPSS para proteger as famílias e os munícipes mais afectados pela crise económica e social. Assim, a Assembleia Municipal da Maia reunida em 29 de Abril de 2009 RECOMENDA ao Executivo camarário a adopção de um Programa de Urgência Social contra a crise, com as seguintes medidas:

1. Criação de um Gabinete de Combate à Crise composto por uma equipa municipal multidisciplinar, com a finalidade de proceder ao levantamento de todas as situações de desemprego, pobreza, exclusão social e sobre-endividamento de famílias, com vista a minorar o impacto da crise sobre os grupos sociais mais desfavorecidos do concelho <sup>de Maia</sup> ~~de Maia~~ devendo, entre outras actuações:
  - ajudar na procura de emprego e na formação profissional dos trabalhadores desempregados.
  - e quanto às famílias sobre-endividadas, estabelecer linha telefónica gratuita para aconselhamento sobre planeamento financeiro, renegociação de créditos e dívidas e combate à publicidade agressiva e enganosa.
2. Suspensão do pagamento da factura de água pelas famílias carenciadas, nomeadamente as que se encontram o casal na situação de desemprego;
3. Criação duma unidade móvel de entrega de medicamentos, alimentos e artigos de higiene pessoal, bem como de prestação de serviços de reparação às pessoas com deficiência, idosos e famílias necessitadas.
4. Distribuição gratuita de livros e material escolar para os estudantes do 1º ciclo, nível de ensino face ao qual o município detém particulares responsabilidades, promovendo também a recolha de manuais escolares usados;
5. Revisão imediata das rendas que estão a ser cobradas pela empresa municipal de habitação relativamente às famílias com desempregados, idosos e pensionistas e suspensão dos despejos das famílias carenciadas;
6. Disponibilizar títulos de transporte público aos munícipes carenciados;
7. Comparticipação no preço dos medicamentos adquiridos por pensionistas e desempregados, bem como por doentes crónicos e carenciados
8. Alargamento de cuidados de saúde oral e oftalmológica aos idosos e famílias carenciadas.

Os Deputados Municipais do BE

*Francisco Amorim*

*Silvestre Pereira*

Maia, 29 de Abril de 2009

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. *em Exercício*

Ex.mos Senhoras Secretárias da Assembleia Municipal.

Ex.mo Senhor <sup>vice</sup> Presidente da Câmara Municipal.

Ex.mos Senhores Vereadores

Ex.mos Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social,  
Ex.mo Público.

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Tive a oportunidade de assistir à Sessão Pública de Lançamento do Plano Municipal de Acessibilidades, no passado dia 14 de Abril.

São de louvar empreendimentos desta natureza e estamos certos que o lema "Estamos a criar um futuro sem obstáculos" dará os seus frutos e os deficientes motores, que se deslocam em cadeiras de rodas, terão mais facilidade nas deslocações que necessitem efectuar.

É neste contexto que gostava de perguntar a V.Ex.<sup>a</sup>, Senhor Presidente da Câmara, se já existe algum estudo, ou algo delineado, para possibilitar o acesso desses deficientes, na transposição da escadaria na frente deste salão nobre.

A segunda questão que pretendo colocar a V.Ex.<sup>a</sup> está relacionada com a segurança.

Na minha Freguesia, houve em tempos, a promessa da "esquadra de proximidade", com edifício já escolhido e, ao que parece, atribuído, na Freguesia da Vila de Moreira da Maia. Sobre este assunto, tive a oportunidade de enviar, em Julho de 2006, um ofício ao Ex.mo Senhor Ministro da Administração Interna porque, já na altura, era preocupante a insegurança de pessoas e bens. Até esta data, e já passaram 3 anos, não obtive qualquer resposta, e pelas evidências no local e o que é conhecido sobre este assunto, a referida esquadra jamais será instalada.

Depois veio o "policiamento de proximidade" e fiquei na expectativa de que resultasse na passagem frequente de patrulhas motorizadas que, de alguma forma, dissuassem a actuação dos "amigos do alheio".

Infelizmente constato que os assaltos, na minha Freguesia, continuam, que aumentaram, e agora até em pleno dia, como sucedeu no passado dia 24 do corrente mês em que a Farmácia foi assaltada, e já não é a primeira vez que tal acontece.

Sei que este assunto não está directamente dependente da administração da Câmara a que V.Ex.<sup>a</sup> preside. Todavia atrevo-me a perguntar, Senhor Presidente, se têm sido feitas algumas diligências, no sentido de se exigir mais policiamento que contribua para a necessária tranquilidade de todos os cidadãos.

29/04/2007

  
Floriano de Pinho Gonçalves  
(Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha)

## Intervenção da Coligação Democrática Unitária

2009 é ano de eleições autárquicas, como todos sabemos. Porém, ainda que não o soubéssemos, o rodopio propagandístico do poder político local não nos deixaria na ignorância por muito tempo. Trata-se, de resto, de receita antiga, herdada, e para a qual temos vindo a alertar. As inaugurações estão todas aí à porta, rigorosamente ordenadas para o desfile que, de fita em fita e de foto em foto, colorirão o nosso futuro próximo. Algumas, de resto, roçam o caricato, como é o caso de obras em recintos escolares inauguradas em fim de ano lectivo. Nós sabemos bem que é inútil criticar, mas não podemos pura e simplesmente ignorar. Num tempo em que se espera lucidez, elevação e dinamismo dos políticos no poder, vimos apelar a estes mesmos predicados a quem dirige a nossa Maia.

No passado dia 14 do corrente mês foi publicado na comunicação social que a Linha de Leixões será reaproveitada no sentido de fornecer transporte ferroviário para passageiros, para além do transporte de mercadorias

2

para o qual é utilizada. Poucos dias depois, em entrevista concedida ao mesmo órgão de comunicação social, o presidente da Metro do Porto, dá conta dos processos das linhas de segunda fase, e do avanço dos mesmos. A CDU gostaria de perguntar ao senhor Presidente se, nas reuniões regulares que tem havido, se definiu já o percurso da Linha de Cintura Leixões - Contumil. Recordamos que, aquando da aprovação do PDM, ficaram duas possibilidades em aberto para a passagem do Metro. Ora, a ser verdade que a Linha de Leixões vai continuar a ser utilizada pela CP – possibilidade que nos agradaria pois há já muito tempo que vimos dando conta da subutilização dessa linha-férrea – resta apenas uma solução para o Metro. Perguntamos-lhe, senhor Presidente, quais os desenvolvimentos actuais desta questão.

7-2  
A

Diz o slogan deste executivo que, na Maia, estão primeiro as pessoas. Ora, as pessoas estão perplexas. Ao que tudo indica, o discurso institucionalizado das loas à qualidade de vida parece ter tomado o lugar da realidade; a prosa levantou a camisola e o poder não consegue desviar os olhos daquele umbigo! Já a realidade, quiçá com ar

mais macilento, parece despertar muito pouca curiosidade...

3  
R  
H

Vamos exemplificar com um caso concreto. Na freguesia de Gueifães, os moradores da Rua de Terramonte continuam a viver em situação de degradação ambiental, motivada pela laboração de uma empresa de construção civil. Não se trata de um problema novo, nem os moradores decidiram só agora dar conta do seu descontentamento. A Assembleia de Freguesia já tomou conhecimento do problema, por iniciativa dos moradores. A CDU, numa Assembleia Municipal anterior, também deu já nota daquela situação, depois de alertada pelos moradores da Rua de Terramonte. Perguntamos: que diligências foram tomadas no sentido de resolver esta situação? Quais as soluções possíveis? A que se deve tamanha inércia? Nenhum município se pode arrogar de exemplar no que à qualidade ambiental diz respeito, quando permite a manutenção de situações desta natureza.

Falemos também do crescimento da criminalidade: assaltos a bancos, a farmácias, a carrinhas de tabaco, o pilha-galinhas, enfim, e como se tudo isto não bastasse, até políticos eleitos pelos cidadãos são condenados por

apropriação ilícita de dinheiros públicos. A Maia começa a ser bem conhecida pelas piores razões. É caso para lembrar outro slogan, tão do agrado da actual maioria: sorria, está na Maia. É certo que o Governo, pelo Ministério da Administração Interna, tem muitas culpas no cartório. Mas também para eles haverá eleições este ano. Em suma, uns por omissão, outros por desinteresse, deixaram que a Maia chegasse à actual situação.

Já agora, e porque de slogans se trata, permitam-me a liberdade de o complementar com o seguinte:

Sorria, está na Maia

Terra de grande valor,

Com ladrões de atalaia

Em terras do Lidador.

Para finalizar, deixamos uma referência positiva às celebrações do 35.º aniversário da Revolução de Abril, promovidas conjuntamente pela Câmara e Assembleia Municipal, cujo ponto alto foi a realização da sessão solene no Salão D. Manuel I. A participação das pessoas demonstrou que a vitalidade dos valores de Abril

continuam actuais, contrariando a opinião de alguns que com muita facilidade anunciaram o desinteresse dos cidadãos pela efeméride, o que, como foi visível, não se verificou.

2  
H  
H

Maia, 29 de Abril de 2009

Os deputados

António dos Santos  
Hélio Almeida

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício,  
Sr. Domingos Sousa,

Exmas. Sras. Secretárias

Exmo. Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Eng.º Silva  
Tiago

Exmos. Senhores Vereadores,

Exmos. Srs. Deputados e Srs. Presidentes de Junta de Freguesia

Caro Público,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A minha primeira palavra é para saudar a presença dos alunos da escola Secundária de Águas Santas, aqui presentes a assistir a esta assembleia.

No passado dia 14 de Abril, a Câmara Municipal, sob o lema "Estamos a criar um futuro sem obstáculos", realizou a Sessão Pública de Lançamento do Plano Municipal de Acessibilidade para Todos do Concelho da Maia.

Este Plano, mais que implementar as normativas da Lei vai mais longe. Com financiamento do QREN, o Município está a levar a cabo um estudo rigoroso para diagnosticar os problemas da acessibilidade, não só nas áreas urbanas, equipamentos públicos e instituições mas também nas áreas da comunicação, transportes e info acessibilidade.

De facto, o Município, desta forma, mostra uma preocupação com todos os cidadãos e, sem retórica, lança mãos à obra, com o auxílio de técnicos especialistas para mais que diagnosticar os problemas, utilizar este estudo para definir as soluções e respectivas intervenções.

A sociedade é mutável, não estagna, pelo que a sensibilidade que a Câmara Municipal demonstra, nesta matéria, é digna de registo. Ainda para mais quando prevê e incentiva a participação dos cidadãos neste processo.

A participação cívica das pessoas nos processos de decisão é um facto que fica demonstrado, também nesta matéria, e que merece o nosso aplauso.

Ph  
X

Um futuro sem obstáculos é a meta do Município, para que todos tenham as mesmas oportunidades.

Quando se tem uma estratégia de desenvolvimento para o Município e se trabalha com rigor e empenho na causa pública o reconhecimento por parte das entidades idóneas acontece.

Desta forma, e mais uma vez, o Município foi galardoado com o PRÉMIO DA BANDEIRA VERDE ecoXXI

Inspirado nos princípios subjacentes à Agenda 21, o Projecto ecoXXI procura reconhecer as boas práticas de sustentabilidade desenvolvidas ao nível do Município, valorizando um conjunto de aspectos considerados fundamentais à construção do Desenvolvimento Sustentável, alicerçados em dois pilares: a educação no sentido da sustentabilidade e a qualidade ambiental.

A Maia SUPEROU os objectivos definidos para 2008 pelo que foi premiada pela ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa com este importante galardão. Mais uma vez estamos na frente. Mais uma vez somos referência. Mas, mais importante que o prémio em si mesmo, é sentir no nosso dia-a-dia a qualidade de vida que usufruímos.

A qualidade de vida, advém de múltiplos factores, mas a realidade é só uma: não há Concelho, na Grande Área Metropolitana do Porto, com mais qualidade de vida que a Maia. E este facto não acontece por acaso. Acontece sim, pelo trabalho e visão estratégica que o Município teve e tem, querendo sempre mais, procurando a excelência, com a ambição que caracteriza o Concelho.

Um Concelho dinâmico, com um espírito crítico bem acentuado e uma participação cívica marcante.

Tive o privilégio de assistir, mais uma vez, ao Parlamento da Maia, iniciativa que já está enraizada nas comemorações do 25 de Abril, do Dia da Liberdade, no nosso Concelho. Ver centenas de jovens maiatos a assumir as suas responsabilidades de cidadãos com dedicação e crença nas suas convicções, fazendo chegar a sua mensagem à Câmara Municipal e ouvindo os esclarecimentos e soluções que esta tem implementado nas mais variadas áreas, são um sinal que a democracia na Maia está bem viva.

Mesmo contra todas as adversidades, numa época em que o poder na nação se mostra insensível à participação cívica, que ignora a opinião das pessoas e procura intimidá-las com processos judiciais num País que está sem rumo, onde o desemprego cresce de uma forma galopante, onde a justiça – o principal garante de um estado democrático – percorre os trilhos da descrença, onde as forças políticas do Parlamento da Nação andam há meses e meses para escolher o Provedor de Justiça, os Jovens da Maia deram uma lição de participação cívica e mais uma vez afirmaram as suas convicções de forma livre e incondicional no respeito dos valores democráticos.

Na sua pessoa, Sr. Vice-Presidente felicito a Câmara Municipal por todo este trabalho que o Município tem desenvolvido, diariamente, no enraizar dos valores da democracia nos nossos jovens, pela sustentabilidade ambiental e pelo respeito e promoção da igualdade de oportunidades em todos os domínios, mas neste caso em particular, para que todos possam aceder a qualquer lugar sem barreiras.

Desta forma se colocam as Pessoas em Primeiro Lugar.

Disse.

Maia, Assembleia Municipal, 29 de Abril de 2009.

Grupo Parlamentar "Primeiro as Pessoas" PPD/PSD – CDS/PP





GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
Senhores Deputados Municipais  
Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores

1. Permitam-me que comece por fazer uma saudação muito especial a todos os trabalhadores, agora que nos aproximamos do 1º Maio, em todo o mundo comemorado como o Dia dos Trabalhadores. Este é um momento simbólico importante para afirmarmos o nosso forte empenho na criação de condições de justiça social para todos os trabalhadores e, sobretudo, para aqueles que se encontram numa situação mais desfavorecida. Ora, a situação na Maia nunca foi, a este nível, satisfatória: foi o que ficou absolutamente claro no *Diagnóstico Social do Concelho da Maia*, promovido no âmbito da Rede Social, que assumiu um conjunto de problemas que não podem ser minimizados. A situação tende a agravar-se com a actual crise económica internacional, que muitos consideram como a mais grave desde a tristemente célebre crise de 1929. É necessária uma acção concertada de todos, envolvendo os poderes públicos nacionais e locais e a sociedade civil.
2. Procurar retirar dividendos políticos a partir do sofrimento dos outros e, sobretudo, daqueles que perderam ou têm em risco o emprego é, no mínimo chocante. Estamos pois certos que todos apoiaremos todas as iniciativas que visem minorar os problemas das pessoas. Pela minha parte, fico muito satisfeito por três Juntas de Freguesia maiatas, mas também a CMM, a Misericórdia ou a Socialis terem visto aprovada a constituição dos CIP. Fico igualmente satisfeito, independentemente das simpatias políticas e partidárias. E é ridículo, evidentemente, insinuar que todas estas instituições são socialistas (nesse caso teria, aqui, de dar as boas-vindas do PS à Senhora Provedora e ao sr. Presidente da Câmara...
3. Mas deixemos as miudezas politiqueras e centremo-nos no essencial da nossa tarefa política. O fundamental é apostar na implicação de todos, mobilizar as iniciativas do governo e reforçar o envolvimento da CMM. O PS foi precursor

Ph  
Z

nesta AMM, ao apresentar um conjunto articulado de 12 propostas para promover a coesão social. Temos que tornar a Maia numa terra com mais oportunidades para todos. Considerámos irrisória a constituição de um Fundo Social de Emergência de 100 mil Euros. E mostrámos que era possível, sem aprofundar o défice da CMM, alargar facilmente o seu valor para 1 milhão de euros. Uma ACÇÃO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA SOCIAL, que deve ser desenvolvida no quadro de um sistema municipal para a inclusão social, deve considerar três dimensões essenciais para a sua concretização: a existência de fundos financeiros suficientes; o modo de organização dos serviços sociais do concelho; e a apresentação de propostas concretas para resolver os problemas mais imediatos das pessoas. Foi nesse sentido que apresentámos 7 soluções centradas nas questões do emprego e 5 outras no apoio social de emergência:

- 1) Impulsionar uma **Agência de Desenvolvimento Local**, suportada num **Pacto Local para o Emprego**, que valorize a confluência e coordenação de agentes e instrumentos de promoção de emprego no concelho.
- 2) Reforçar a **Rede Local de Formação**, em coordenação com os diferentes agentes sociais e económicos envolvidos em tarefas de formação, para melhorar as condições de empregabilidade, concedendo prioridade às pessoas mais fragilizadas.
- 3) Criar um **Observatório Permanente para o Emprego e a Actividade Económica**, com recurso às competências já instaladas na CMM e noutros serviços do território.
- 4) Estabelecer **convénios com entidades da economia social**, para favorecer **iniciativas locais de emprego e o emprego social apoiado**.
- 5) Criar mecanismos de apoio e acompanhamento para a **obtenção de créditos e microcréditos**, para o desenvolvimento de pequenos negócios e do trabalho autónomo.
- 6) Estimular, designadamente através da concessão temporária de espaços, ao **primeiro estabelecimento de jovens profissionais**.
- 7) Apoiar as diversas **iniciativas de trabalho autónomo**, criando espaços próprios para elas e facultando mecanismos diversos de assessoria.
- 8) Equacionar o recurso à dedução do IRS, agora legalmente permitida, de forma a minimizar os encargos fiscais das famílias tributadas, apesar de menos favorecidas.

- Hh  
sk
- 9) Reforçar os mecanismos de **apoio domiciliário**, tanto em géneros como em serviços, dirigidos e ajustados às diferentes situações de precariedade social, decorrentes designadamente da idade, da doença e da incapacidade, do desemprego e de problemas familiares.
  - 10) Estabelecer, em articulação com a segurança social, critérios rigorosos para garantir apoios de emergência para pagamento de **rendas habitacionais** em atraso.
  - 11) Assegurar, também em articulação com a segurança social, auxílios de emergência para a compra de medicamentos.
  - 12) Estabelecer, para famílias de baixos rendimentos, **descontos nos serviços municipalizados de água e saneamento**.

5. Dissemos, na altura, que pretendíamos o contributo de todas as forças políticas para limitarmos as situações de precariedade social. Mantemos agora essa postura proactiva e construída pela positiva. Por isso, continuamos interessados em sugestões que surjam na sequência das nossas propostas. Na actual conjuntura económica internacional, as questões sociais têm que se assumir como a prioridade inquestionável da nossa acção política. Temos ideias e queremos, por isso, com muito trabalho, construir soluções de futuro para a Maia. Estamos certos que os maiatos partilham estas nossas preocupações e estas nossas ambições.

Maia, 29 de Abril de 2009

**Luis Rothes**

**Deputado Municipal do Partido Socialista**



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA  
ALTO-DO-MAIA  
Gabinete do Presidente

Assembleia Municipal da  
Maia  
Entrada nº 42  
Em 08/04/09

Ex.mo Senhor  
Presidente da Assembleia Municipal da Maia  
Paços do Concelho  
MAIA

Ofício nº 5.244

ASSUNTO: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA  
ACTIVIDADE MUNICIPAL.

Ex.mo Senhor Presidente,

Nos termos da Lei, levo ao conhecimento de V. Exa. e através de V. Exa. à Exma. Assembleia Municipal, a presente Informação.

Esta Informação sobre a Actividade do Município vai ser presente à Assembleia Municipal aquando e na circunstância da realização da sua 2ª Sessão Ordinária do ano de 2009.

Nesta Sessão de Abril estarão presentes à consideração, análise e votação da Assembleia Municipal documentos da máxima importância e de grande relevância na vida do Município. Refiro-me, por entre eles, aos relatórios e às contas da gestão da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados relativos ao ano de 2008.

3.2  
+quinta  
16/4/09  
BAA  
PZ  
R



Este será um momento e uma ocasião em que se poderá realizar uma aprofundada análise e apreciação do que tem vindo a ser a actividade do Município, centrada, agora, no que foi a vida do Concelho no último ano, as vicissitudes por que passámos; os grandes e importantes passos que pudemos dar no caminho do progresso da nossa Terra, nomeadamente a estabilização e consolidação das finanças municipais que nos conduziu à constituição de uma sólida base para encarmos os desafios e os reptos que teremos pela frente, num trabalho nunca terminado e ao qual emprestamos todo o nosso empenho, diligência e zelo.

Ao momento, e após o breve espaço de tempo decorrido entre a última vez que me dirigi, por escrito, à Assembleia Municipal, gostaria de salientar um ou outro aspecto em que se traduziu a nossa acção e a nossa vida colectiva:

1- O programa municipal "Novos Laços" vai já com uma década de actividade. Teve o seu início com uma acção centrada no designado "Bairro da Brisa", na Freguesia de Pedrouços, trabalhando na inversão da situação de exclusão social vivida por um conjunto de Famílias em extrema dificuldade de integração e socialização.

Dal, e da experiência colhida, partimos para outras acções, cada vez mais ambiciosas e cada vez mais interventoras no tecido social em que



estávamos a actuar, nomeadamente em grupos e sectores da população que mais necessitados estavam de apoio, e até muitas vezes mais de orientação do que qualquer outra coisa, combatendo a exclusão social, o insucesso e o abandono escolar, ajudando as situações de desemprego e minorando e tentando ultrapassar as situações de pobreza.

Neste programa temos a preocupação da ajuda directa mas, e principalmente, visamos a que sejam as próprias pessoas a darem os passos que as levem a saírem da situação em que se encontram.

Não pretendemos apenas conceder ajuda material na vertente mais "assistencialista", mas enquadrar, ajudar e fornecer "ferramentas" e estímulos a que se sejam os próprios a criarem novos ânimos e novas perspectivas de vida.

Felizmente que temos vindo a ter sucesso.

Acabámos de concluir um processo de reinstalação do "Novos Laços" agora no edifício sede da Associação Dramática e Recreativa "Os Vencedores de Sangemil", o que vem possibilitar um maior desafogo e uma maior disponibilidade de espaços para as actividades que levamos a efeito as quais podem ser sucintamente assim descritas:

– Gabinete de Acompanhamento Local



Promove a reunião de condições facilitadoras de inserção social, mediante o apoio à elaboração e acompanhamento de projectos de vida, bem como pela mediação entre instituições na mobilização de recursos internos e externos ao Projecto;

– Gabinete de Apoio à Vitima de Violência Doméstica

Presta um serviço personalizado, gratuito e confidencial na protecção, acompanhamento e apoio às vítimas de violência doméstica;

– Espaço Criança / Jovem

Direccionado ao grupo de Crianças / Jovens mais desfavorecidos faculta uma ocupação orientada dos tempos livres, apoio escolar, psicológico e social com vista à integração social e combate ao absentismo e abandono escolar;

– Apoio Alimentar

Trabalha a necessária resposta social a dar a situações de carência alimentar de famílias desfavorecidas. Ao momento, fazemos a distribuição de cerca de cinco centenas de cabazes mensais de produtos alimentares de primeira necessidade;

– Clube de Emprego e Formação Profissional

Incentiva os utentes à procura activa de emprego ao mesmo tempo que os orienta em termos escolares e profissionais para cursos de



formação profissional, tentando a sua integração ou reintegração no mercado de trabalho;

– Apoio à Terceira Idade

Até ao momento estava dividido em duas tarefas de apoio à população idosa e carenciada: a entrega de cabazes de alimentos a quem por questões de mobilidade ou recursos não o podem recolher nas instalações do Projecto, e o "Cantinho do Idoso" proporcionador de condições de sociabilidade.

Recentemente lançámos a iniciativa "Novos Laços ao Domicílio" no apoio aos idosos em pequenas tarefas ou trabalhos domésticos para os quais já não possuem condições físicas ou outras para as executar, ou p. ex. disponibilizando transporte ao Centro de Saúde, melhorando com isto a sua autonomia, as condições de vivência e sendo como que a sua família de retaguarda. Sendo um serviço sem custos (exceptuando materiais), funciona diariamente e pode ser requerido através de um serviço telefónico gratuito.

2- Também na área da política social e no âmbito da "Rede Social" criámos o "Observatório Social". Esta entidade congregará os dados e os esforços que são desenvolvidos pelos GAIL (Gabinetes de Atendimento Integrado Local) e de outras entidades parceiras, constituindo-se como



núcleo de investigação, de difusão de informação e prestação de serviços vários no domínio social.

3- No dia 20 de Fevereiro inaugurámos o novo edifício sede da Junta de Freguesia de Vermoim.

Num acto e cerimónia que registou uma grande participação da População, demos mais um importante passo no caminho da aproximação e de identificação dos Municipais aos Órgãos do Poder Local e aos seus Agentes, no que em especial respeita à disponibilização de instalações, de condições de atendimento e de usufruto de espaços de forma condigna e convidativa.

A Freguesia de Vermoim engrandeceu-se com este novo edifício, passando agora a dispor de um local onde, de uma forma desafogada e com grande qualidade, podem ser desenvolvidas as cada vez mais numerosas tarefas e competências que têm vindo a ser atribuídas à Junta de Freguesia, para além das actividades ligadas ao associativismo, da solidariedade social, do desporto e da cultura que têm vindo a constituir uma marca dos últimos executivos da Freguesia.

4- O nosso Município ultrapassou a marca dos 100.000 eleitores recenseados, situando-se agora nos 104.000, implicando isto alterações na composição da Câmara Municipal ( passa a ter onze eleitos em lugar



dos nove actuais ) e da Assembleia Municipal que passa a ser constituída por cinquenta Membros ( incluindo os Presidentes de Junta ). A nível das Freguesias, haverá alterações em Águas Santas e em Gueifães.

5- A questão da construção do designado Hospital Lidador e da unidade de apoio à Terceira Idade que lhe ficará contígua, a serem levadas a efeito no âmbito da Santa Casa da Misericórdia da Maia, é um objectivo que foi assumido pela Câmara Municipal como de muito elevada relevância para o Concelho, pelo que temos providenciado todo o apoio que nos é possível, até ao ponto de participarmos na estrutura accionista da sociedade criada para o efeito, como é bem sabido da Assembleia Municipal.

Continuamos a pensar que os esforços que desenvolvemos e todo o empenho que colocámos no objectivo foi bem empregue na defesa do bem-estar e do desenvolvimento da nossa Comunidade.

Após a constituição da sociedade promotora e gestora do empreendimento este avançou no terreno com o lançamento e a realização das obras constantes da 1ª fase de modulação do terreno e de movimentos de terras.

Depois, aconteceram as questões, que são públicas, relativas à entidade detentora do know-how e financiadora do empreendimento.



Sobre isto, fizemos publicar na comunicação social um esclarecimento público que, por sintetizar a nossa posição, passo a reproduzir:

*A Câmara Municipal da Maia e a Santa Casa da Misericórdia da Maia, em 12 de Novembro de 2007, constituíram com o **Grupo Português de Saúde (GPS)**, empresa da **Sociedade Lusa de Negócios, SGPS**, proprietária do **BPN (Banco Português de Negócios)**, uma sociedade anónima com vista à construção do denominado **Hospital Lidador**.*

*Nos últimos meses, face às notícias vindas a público sobre o **BPN**, empresa da mencionada **Sociedade Lusa de Negócios, SGPS**, a **Câmara Municipal da Maia** encetou diversas diligências no sentido de acautelar a continuidade deste importante investimento na área da saúde no Concelho, tanto mais que as obras de construção do Hospital Lidador já tinham sido, entretanto, iniciadas. Desde reuniões, quer em Lisboa quer na Maia, com os sucessivos responsáveis, que foram mudando ao longo dos últimos meses, passando por inúmeras cartas e outros tantos contactos telefónicos. Em face do sucedido, **a Câmara procurou alternativas e apresentou-as** aos diversos responsáveis da GPS (**Grupo Português de Saúde**).*

*Considero, enquanto Presidente da Câmara Municipal da Maia, ser fundamental manter a população informada sobre todo este processo, algo que fiz sentir aos responsáveis da Sociedade Lusa de Negócios, SGPS*

*No passado dia 6 de Janeiro, após as inúmeras diligências da Câmara Municipal da Maia, fomos informados pela Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, que é sua intenção, através do Grupo Português de Saúde, manter este investimento com algumas alterações em termos de parceria de capital na sociedade Hospital do Lidador, SA.*

*Ao longo destes últimos seis meses, assistimos a alterações profundas no seio deste grupo financeiro e empresarial. Desde a nacionalização do BPN, passando pelas constantes alterações nos seus órgãos sociais, com entradas e saídas de administradores, sem esquecer a constante mudança de interlocutores.*



*Declara a Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, em carta enviada à autarquia na última semana, que, e passo a citar, "Estamos convictos que a solução apresentada (um novo parceiro) poderá agradar a todas as partes envolvidas. A Câmara Municipal da Maia e a Santa Casa da Misericórdia assegurarão a continuidade do seu contrato, investimento e compromisso com a população e o Grupo Português de Saúde atingiria um objectivo essencial na sua reestruturação".*

*A Câmara Municipal da Maia é, como facilmente se compreende, alheia a toda esta transformação no seio deste grupo económico.*

*Ninguém, de boa fé, julgaria possível em 2005, 2006 ou 2007 que tais modificações ocorressem na Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, parceira no projecto Hospital do Lidador, através do Grupo Português de Saúde. Nem tão pouco se adivinhava uma crise tão grave e tão profunda como aquela que estamos actualmente a viver. Tanto mais que a obra arrancou como previsto*

*Apesar de a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia da Maia não terem qualquer tipo de responsabilidade nesta situação, nem por isso deixarão de continuar a zelar pelos interesses da Maia, salvaguardando a construção desta importante infra-estrutura, correspondendo assim aos legítimos anseios da sua população.*



A finalizar, informo que o saldo de tesouraria da Câmara Municipal, à presente data, cifra-se em Euros, repartido da seguinte forma:

a) Documentos –	1.568.229,82
b) Dotações orçamentais –	3.231.613,05
c) Dotações não orçamentais –	4.128.465,87

Sendo tudo o que, ao momento, me cumpre informar, manifesto-me ao inteiro dispor de V. Exa. e da Exma Assembleia Municipal para prestar quaisquer outras informações mais especiosas que, eventualmente, entendam por necessárias e ou convenientes.

MAIA E PAÇOS DO CONCELHO, 8 DE ABRIL DE 2009.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(ENG. ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES)



GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA  
MARCO MARTINS

3.4  
Doc. 11  
Apresentada com  
alterações na  
ordem de exposição  
de ideias  
C. Martins  
29.04.2009

**Intervenção no Período da Ordem do Dia  
:: Ponto 3.4.::**

**“Prestação de Contas e relatório de Gestão de 2008 da Câmara Municipal da  
Maia”**

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhores Deputados Municipais.

Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores

A Assembleia Municipal reúne hoje para apreciar a prestação de contas e respectivo relatório de gestão da Câmara Municipal da Maia (CMM). Da apreciação destes documentos, o Partido Socialista, retira como primeira conclusão o facto de se tratar de um Relatório de Gestão previsível. Previsível, não só porque a gestão do município tem sido, nos últimos anos, por demais previsível, mas também porque aquando da apresentação das Grandes Opções e Orçamento para 2008, o Partido Socialista fez uma análise que hoje estamos aqui a corroborar.

À data, na minha intervenção, apelidei o plano e orçamento apresentado como um “acerto de contas” e um “orçamento virtual”. Passado todo este tempo, os reparos e as considerações efectuadas à data, são agora confirmadas pelo relatório de gestão e contas apresentado.

Nestes documentos, é notório o esforço realizado para se pagar aquilo que se deve, notando-se uma “preocupação generalizada com o controlo dos défices orçamentais e do endividamento público”, ou seja, o tal “acerto de contas” que referíamos. Em Dezembro de 2007, o Partido Socialista dizia aqui que era notório que com a previsão de orçamento apresentada a preocupação da gestão da autarquia iria passar sobretudo pelo saneamento da dívida passada e acumulada, referindo mesmo que se estava a correr o risco de essa preocupação generalizada vir a tornar-se numa exclusividade de gestão.

aumentou 14%, aumento este que não sendo acompanhado por proveitos operacionais, fez com que o resultado (operacional) caísse 35%, mais de 4M€. Em análise final, a este ponto, valeu ao município os proveitos extraordinários vindo das mais-valias registadas aquando da constituição de um fundo de investimento.

Todo este cenário deixa o Partido Socialista apreensivo quanto ao futuro, não acreditando que em futuras análises realizadas ao desempenho dos municípios, a Maia venha a obter classificações de mérito, nem melhorias significativas como já foi anunciado por esta maioria e pelo seu Presidente.

Senhores deputados,

De forma global, estas contas vêm demonstrar que tínhamos razão quando anunciávamos que as contas previsionais iriam falhar. A execução da receita, em termos correntes, e citando o relatório é notável, mas em contrapartida temos receitas de capital totalmente falhadas. Na análise da despesa nota-se a necessidade do acerto de contas, reflectindo-se nas despesas de capital a incapacidade desta Câmara promover novo investimento e de relançar o concelho. Em 2008 assistimos a uma redução global do montante disponível para financiar o investimento, facto que preocupa o Partido Socialista e que pode, numa altura em que se começa a falar do envolvimento dos municípios nos planos de combate à crise, podendo eles próprios serem agentes de promoção do investimento, afastar a Maia de um desempenho exigido a este nível.

A preocupar o Partido Socialista está a tendência progressiva de diminuição de investimento, que neste exercício apresentou uma variação negativa homóloga de 17%, sendo registado com isso o pior resultado dos últimos anos. É assumido no relatório de gestão que o reequilíbrio financeiro está a ser feito à custa do investimento. Este cenário preocupa-nos ainda mais quando parte do investimento directo resulta de compromissos assumidos, por exemplo, com a administração central. Estes dados revelam, claramente, que a CMM está parada e sem ideias. Não há projectos estruturais para o futuro, notando-se que a Maia está a perder, diariamente, protagonismo para outros municípios da AMP. Vão cumprindo-se os compromissos inadiáveis e não há capacidade de inventar ou, pelo menos, reinventar formas de crescimento e desenvolvimento do município. Estes indicadores são claros, e não deixam margem para dúvida que é

Em resumo, este relatório de contas e gestão confirma uma série de pressupostos:

1.º As contas deste Município não são mais do que o reflexo do seu executivo e do seu Presidente. São contas previsíveis, amórfas e que estão a deixar a Maia sem uma estratégia de desenvolvimento. A perda de capacidade de investimento é bem ilustrativo deste dilema. A Maia necessita de se afirmar com novas ideias, com novos projectos e com uma alternativa que introduza um novo grau de implicação com a dinamização do concelho. Para isso é necessário mais trabalho;

2.º É notório que este executivo adoptou a estratégia mais fácil. A estratégia da promoção, a estratégia do "aparecer para ser visto e lembrado". Esta maioria tomou um rumo, que o concelho pagará caro e mais tarde. Ou seja, em conclusão, esta maioria trocou o investimento estrutural pelo investimento de imagem;

3.º É ilusória a ideia que se pretendeu passar de que as contas estão bem e que se recomendam. Há uma série de indicadores que apontam para a degradação das contas da CMM. Há um peso da despesa de funcionamento que não se está a conseguir travar, não se conseguindo de igual modo encontrar alternativas do lado da sustentabilidade;

4.º e para terminar... as contas que aqui apreciamos hoje são reflexo de dois municípios diferentes. Por um lado, temos uma Maia urbana, um concelho metropolitano, quando analisamos as contas pelo lado da receita. Por outro lado, temos uma Maia rural, quando analisado sob o ponto de vista da despesa. Não há investimentos estratégicos e só se faz obra se houver fundos... caso contrário, e é a realidade que hoje temos, fica-se parado.

Por tudo isto, o Partido Socialista não irá, nem poderá, votar favoravelmente este relatório de gestão e contas. Entendemos ser necessário um grau de implicação maior para poder dar à Maia e aos maiatos aquilo que é necessário.

Maia, 29 de Abril de 2009

  
Marco Martins



## BLOCO DE ESQUERDA MAIA

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Senhor Presidente da Câmara

Senhores Deputados

Senhores Vereadores

Digníssimo Público

Senhores Jornalistas

## NOTAS SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO DA CÂMARA DA MAIA

### 1 – Comparação das contas com o orçamento 2008

- a) As contas de 2008 comprovam, mais uma vez, que o orçamento elaborado em 2007 relativo ao exercício de 2008 era uma fantasia.
- b) O desvio entre o realizado e o previsto, em termos globais, foi de 38%, o que corresponde a uma taxa de execução orçamental global de apenas 62%. Com um desvio destes, e de forma tão repetida, numa qualquer empresa privada seriam demitidos com justa causa! E é isso que mais cedo do que tarde acontecerá! Porque é cada vez mais evidente para os Maiatos que a mudança é urgente e necessária!
- c) Voltando às contas, reparem os Senhores Deputados, se o desvio global é chocante, mais chocante o é ainda o desvio registado nas receitas e correspondentes despesas de capital, ou seja, no investimento municipal.
- d) Nas receitas da capital o desvio atingiu os 78% e nas despesas 55%. O que comprova que hoje a Câmara Municipal da Maia se limita praticamente à gestão da actividade corrente já que pouco mais sobra para investir.
- e) Mas se a situação é grave, mais grave é a reiterada negação, no passado e no presente, desta evidência. Não há pior cego do que quem não quer ver.
- f) Mais uma vez se faz prova de que os orçamentos municipais não são para levar a sério.

## 2 – Considerações sobre a estrutura da receita

- a) A Câmara Municipal da Maia continua fortemente dependente das receitas provenientes dos impostos (cerca de 58%) e das dotações orçamentais provenientes do Estado Central (20%). Ambas somam 78%.
- b) Isto prova que a capacidade de gerar receitas próprias por parte do município é diminuta e que a Câmara da Maia, contrariamente ao propalado, vive sentada à mesa do Estado.
- c) Dos 58% da receita proveniente dos impostos, 60%, ou seja, 35% da receita global municipal, provém dos impostos ligados ao sector imobiliário – IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), Sisa (actual IMT) e IMT (Imposto Municipal sobre Transmissões).
- d) Isto é, de cada 100 euros arrecadados pela Câmara Municipal da Maia, 35 provêm de impostos sobre o sector imobiliário.
- e) Independentemente de considerações de outra natureza, trata-se de uma situação que antecipa dificuldades futuras para as receitas municipais, dadas as dificuldades que o sector imobiliário atravessa no presente e o fim do ciclo de expansão imobiliária que o país conheceu nas últimas duas décadas.
- f) Ora, a procura de outras soluções para a receita municipal dificilmente poderá ser encontrada por aqueles que, durante décadas, viveram sentados na bolha imobiliária.
- g) E nem o desconto de receitas futuras – verdadeira ida ao "prego", como o caso das rendas, concessões de serviços, etc – lhes servirá de amparo porque entretanto também se esgotaram. Nada mais, ou muito pouco mais, há que pôr no "prego".

### 3 – Considerações sobre a estrutura da despesa

- a) A despesa paga global diminuiu 13%, mas exclusivamente á custa da diminuição das despesas de capital, ou seja, do investimento municipal.
- b) A despesa corrente paga subiu 14%, o que, na actual conjuntura económica e financeira, é inaceitável, sendo que as despesas de funcionamento municipal – pessoal, aquisições de bens e serviços e outras despesas correntes de funcionamento – subiram quase em idêntica proporção – 12%. Brutal!
- c) Como consequência, o investimento municipal, medido pela facturação total, nova e transitada, caiu de 47,8 milhões de euros em 2007 para 35,3 milhões em 2008, ou seja, 26%.
- d) A quebra das receitas, o aumento desenfreado das despesas correntes e o esgotamento dos activos para "pôr no prego", faz antecipar dias negros para o investimento municipal na Maia.

### 4 – Endividamento

- a) A única situação que parece que terá conhecido uma evolução positiva terá sido a do endividamento municipal. Mas dizemos "terá" porque enquanto não conhecermos a situação consolidada de todo o universo municipal – Câmara, SMAS e demais empresas municipais – poderá ser prematuro qualquer optimismo.
- b) E não deixamos de sublinhar e insistir que tal se ficou a dever, em boa parte, à já referida "ida ao prego" há uns anos a esta parte porque, de outra forma, a situação de desastre seria idêntica.
- c) Também os credores, é certo, e o próprio Estado, começaram a pôr ordem na casa, porque, de outra forma, esta maioria continuaria a gastar alegremente aquilo que é seu e dos outros.
- d) De qualquer modo, um endividamento global de quase 89 milhões de euros, com um endividamento de médio prazo de 62 milhões de euros, correspondente a 1,18 vezes a receita municipal global de 2008, não é motivo de orgulho de ninguém e não pode deixar ninguém sossegado.

5 – Mas vejamos alguns exemplos dos desajustamentos que provam e evidenciam uma gestão com algum esbanjamento e pouco rigor ao contrário daquilo que nos pretendem demonstrar!

- a) Na aquisição de bens e serviços foram facturados cerca de 18.000 M €, isto é espantoso-nos! Superior ao investimento da câmara que se ficou pelos 17.337.000 M €!... Não é aceitável este desequilíbrio em termos de gestão da coisa pública?! Aliás estamos na presença de um investimento que deveria envergonhar os responsáveis pela gestão do Município, pois este, está ao nível de alguns Municípios rurais do interior do país!
- b) Como exemplo, refiro a diferença gasta em publicidade, que em nossa opinião é escandalosa! Passou de 168.240,00€ em 2007 para 438.645,00€ em 2008! Para que foi necessário tanto dinheiro? Uma coisa temos a certeza a divulgação da imagem da Câmara custa muito dinheiro!...
- c) Foi anunciado com pompa e circunstância a criação de um fundo de emergência de apoio às famílias em situação de grandes dificuldades, para esse fim apenas foram concedidos 100.000,00€! Que critérios de solidariedade e justiça social são estes?
- d) As freguesias continuam a ver reduzidas as suas dotações em termos de transferências correntes, com efeito, em 2007 foram de cerca de 955.000 €, em 2008 passaram para 928.000€! Os subsídios também foram reduzidos de 2,9 milhões para cerca 2,8 milhões. Isto é, a capacidade de autonomia das Freguesias está cada vez mais enfraquecida.
- e) Por outro lado os subsídios a Associações atingiram o montante 1.654.000,00 €!
- f) Reparem Senhores Deputados na "sensibilidade" da coligação "Primeiro as Pessoas", as instituições de carácter social receberam a mísera quantia de 46.000 € isto é, 2,8% do valor total atribuído às Associações sem fim lucrativo!
- g) Ainda no que diz respeito às Transferências Correntes e Subsídios, as Empresas Municipais viram os seus subsídios brutalmente aumentados de 2,9 milhões para mais de 4,1 milhões €, isto à custa de subsídios atribuídos à Academia das Artes da Maia e Maiambiente! Perguntamos até quando isto vai continuar? Será que vale a pena ter empresas municipais que apenas sobrevivem à custa dos subsídios da Câmara?



Concluindo, temos de mudar de rumo!

Para o Bloco de Esquerda é necessário uma nova política para o nosso Concelho, uma mudança efectiva de gestão, uma nova gestão que terá de ser estruturada numa visão moderna, inclusiva, onde todos os Maiatos e Instituições se revejam e sejam tratados de igual modo e não ao sabor do show off dos interesses do poder instalado há três décadas!

Acreditamos que podemos fazer a diferença e com a participação dos Maiatos tudo iremos fazer para sermos uma alternativa credível de confiança e disposta a tudo para servir a Maia e os seus habitantes!

Para isso os Maiatos podem contar connosco!

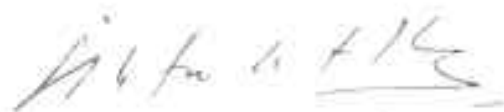
Para aprovar esta prestação de contas e relatório de Gestão, V. Exas. não podem contar connosco.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda

*Francisco Amorim*

*Silvestre Pereira*

Maia, 29 de Abril de 2009.



34 200 13

## Intervenção da Coligação Democrática Unitária

### Prestação de Contas dos SMAS



Senhoras e senhores deputados: a CDU dirige-se a esta Assembleia acerca da prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia. Sobre este assunto, muito nos apraz dizer que os resultados obtidos são positivos. Os SMAS da Maia são um bom exemplo de gestão pública de um serviço público, dentro da linha de gestão que entendemos correcta para os bens públicos. Pena é que os bons exemplos, até mesmo os locais, não sirvam para definir linhas orientadoras gerais de gestão municipal. Mas não <sup>é</sup> disso que agora se trata.

A CDU votará favoravelmente a aprovação das contas, mas não podemos deixar escapar uma pequena ironia. Muito gostaríamos nós que o dinamismo e a sagacidade do senhor Presidente do Conselho de Administração dos SMAS se contagiassem ao Senhor

Presidente da Câmara Municipal. Muito teria a Maia a ganhar com isso e as Empresas Municipais também.

2  
H  
A

Maia, 29 de Abril de 2009

Os deputados da CDU

António de Castro

Alvaro Albuquerque

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício  
Domingos de Sousa

Exmas. Senhoras Secretárias

Exmo. Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal da Maia

Exmos. Senhores Vereadores

Exmos. Senhores Deputados e Presidentes de Junta de Freguesia

Exmos. Senhores Membros da Comunicação Social

Caro Público

Minhas Senhoras e Senhores,

As minhas primeiras palavras são naturalmente de congratulação pelo facto do executivo camarário ter-se empenhado na elaboração deste documento.

De facto mais uma vez o Grupo Parlamentar PPD/PSD – CDS-PP, fica com o ónus merecido que não foi em vão que, há quatro anos atrás, escolheu como slogan “Maia – Primeiro as Pessoas”.

E porque realmente o Estado só tem significado e razão de existir, se as pessoas forem e se constituírem em primeira instância como fonte principal das suas preocupações, este mesmo executivo camarário é um oportuno exemplo dessa mesma premissa.

Muito mais do que investimentos megalómanos de dúbias certezas quanto à sua eficácia em termos sociais, a exemplo do Governo Central e da maioria socialista que o apoia, por oposição, este Grupo parlamentar juntamente com o executivo camarário, aposta fortemente na sua acção diária junto do cidadão, não hipotecando o seu futuro, mas promovendo condições propícias para que esse mesmo seja cada vez mais profícuo.

Este documento mais do que um simples regulamento, visa constituir um Conselho Municipal para o cidadão com deficiência e não se esgota nesse mesmo fim, por si só de relevante importância face ao seu conteúdo, mas paralelamente permite criar condições para uma maior consciencialização e responsabilização de todos os intervenientes nos projectos de Ordenamento do Território, Construção de Redes Viárias e Edifícios, Espaços Públicos, Implantação de Mobiliário Urbano, etc.

Através deste documento, é notória a preocupação do executivo camarário em incentivar a intervenção e inclusão, de modo transversal, quer de entidades quer de cidadãos pertencentes ao tecido social maia.

Assim sendo, pretende-se que esta estrutura tenha capacidade de dar voz às preocupações e aos interesses dos cidadãos com deficiência, permitindo deste modo uma participação efectiva e activa na construção do concelho, da cidade e a realização de políticas e medidas com vista a facilitar a sua integração e mobilidade social.

Poderia ter caído, este executivo, na tentação, e estaria no seu pleno direito de o fazer, de criar uma figura centralizadora como por exemplo a de um Provedor, mas optou bem e oportunamente pela constituição de um Conselho Municipal, cuja instância é deveras mais representativa e alargada, subtraindo até a si próprio algum poder decisório.

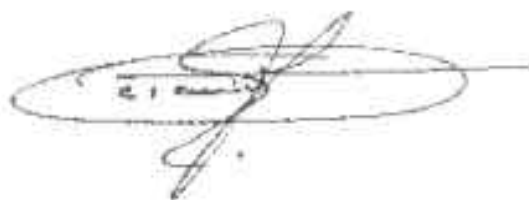
Prescindo, pelos motivos óbvios, de enumerar os trâmites legais e constitutivos, desde a formação deste documento até ao presente momento, uma vez que todos eles foram do conhecimento público e como tal de livre acesso e participação de todos os interessados, os quais estão devidamente identificados.

Queiram portanto, debruçarem-se e votar este documento designado de "Regulamento do Conselho Municipal do Cidadão com Deficiência - CMCD".

Disse.

Maia, Assembleia Municipal, 29 de Abril de 2009.

Grupo Parlamentar "Primeiro as Pessoas" PPD/PSD – CDS-PP



(Octávio Vítor F. Santos)

Bloco de Esquerda  
Maia



Sr. Presidente da Câmara  
Sr. Presidente da Assembleia Municipal  
Srs. Vereadores  
Srs. Deputados  
Exmo. Público Presente  
Digníssima imprensa

Merece a proposta de Regulamento do Conselho Municipal do Cidadão com Deficiência apresentada pelo executivo camarário a esta Assembleia Municipal que a aprovemos, por útil, necessária e urgente.

Cumpre-no no entanto tecer alguns considerandos:

- desde há muito o Bloco de Esquerda se vem batendo pelo dever social de solidariedade para com os cidadãos com deficiência, e contra a negligência desse dever pelas instituições;
- tal dever está consagrado na Constituição, e na Lei de Bases da Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação das Pessoas com Deficiência, que, nomeadamente, determina "a promoção de uma sociedade para todos através da eliminação de barreiras e da adopção de medidas que visem a plena participação da pessoa com deficiência";
- cabe ao poder local ter um papel activo na promoção das políticas e na implementação das medidas concretas que para o exposto contribuam, em todas as áreas da actividade social;
- a criação do Conselho Municipal do Cidadão com Deficiência é uma medida essencial para prosseguir esses objectivos;
- pelo que a adopção do referido Regulamento apenas peca por tardia.

Cumpre-nos, finalmente, realçar, pelo contributo que deu ao processo conducente a esta proposta de Regulamento, o empenhamento e o exercício responsável de cidadania de que o Maior João Couto Lopes deu provas, como exemplo a seguir em todas as áreas da vida social.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda  
Silvestre Pereira  
Francisco Amorim

Maia, 29 de Abril de 2009

Exmo. Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal da Maia, Domingos Sousa  
Exmo. Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal da Maia, Eng. António Domingos Silva Tiago  
Exmos. Senhores Secretários  
Exmos. Senhores Vereadores  
Exmos. Senhores Deputados, Srs. Presidentes de Junta  
Caríssimo Público  
Minhas Senhoras e meus Senhores

Exmo. Senhor Dr. Manuel Marques Nogueira dos Santos, Digníssimo Vereador da Câmara Municipal da Maia, ex. Presidente da União Nogueirense Futebol Clube, e primeiro subscritor da proposta para a **ATRIBUIÇÃO DO ESTATUTO DE UTILIDADE PÚBLICA AO UNIÃO NOGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE**, Permita-me Senhor Vereador que lhe expresse o meu obrigado pela proposta apresentada. Posto isto, passo ao texto do documento.

No terceiro parágrafo da página 7

Onde se lê as equipas são diariamente acompanhadas por um quadro de profissionais de qualidade, com conhecimentos específicos na área, composto por 8 (oito) técnicos credenciados, dos quais 5 (cinco) são licenciados em Educação Física e 4 (quatro) são técnicos nacionais.

Julgo haver aqui um erro na descrição dos técnicos, ou seja onde se lê 8 (oito) técnicos devia ler-se 9 (nove) técnicos.

No quinto paragrafo da página 8

Onde se lê a União Nogueirense Futebol Clube que tem desempenhado junto da população da Freguesia de Nogueira e da Cidade da Maia, na área do desporto, especificamente no Futebol. Considerando que a Cidade da Maia é composta pelas freguesias da Maia, Vermoim e Guelfães. Julgo que o União de Nogueirense Futebol Clube com 75 anos de idade, não pode nem deve ficar confinada só à cidade da Maia, mas sim a todo o concelho da Maia e não só.

## HOMENAGEM

Já agora, aproveito a oportunidade para Homenagear todos os Directores da União Nogueirense Futebol Clube desde a sua fundação até actualidade.

Permitam-me que evidencie dois dos directores da década de 1960 (sessenta) e que são os Senhores António Martins e o Armando Pereira da Silva, por terem sido no meu entender inexcusáveis no Amor e Dedicção ao União Nogueirense Futebol Clube, e que levou os Atletas e Sócios da colectividade a prestar-lhe uma merecida Homenagem na Sede do Clube sita a época no lugar da escorrega.

Foi nesta década, que parte dos clubes populares da Maia, acabaram a sua actividade desportiva, e se a União Nogueirense Futebol Clube não acabou deve-se a Homens como estes.

Para todos os atletas que envergaram a camisola da União Nogueirense Futebol Clube, desde a sua fundação até actualidade, lhe expresse o meu sincero reconhecimento.

Permitam-me, que entre eles destaque o Agostinho da Costa Carneiro "Camili" como jogador e o Polónia como treinador jogador, foram dois Atletas que ficaram para sempre na História do União Nogueirense Futebol Clube, foram Atletas de uma qualidade e de um Amor ao Clube sem limites.

Sabem o que recebiam em troca?

Respeito...

Consideração...


e Estima...

Já mais, os esquecerei.

Para todos:

Directores, Jogadores e Treinadores da União Nogueirense Futebol Clube, quero aproveitar esta oportunidade para lhes expressar o meu sincero reconhecimento, através desta simples mas significativa Homenagem.

Maia, 29 de Abril de 2009

O Deputado Municipal,  
  
(Joaquim Soares)



Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
Exmo. Senhor Presidente da Câmara  
Senhores Deputados  
Senhores Vereadores  
Digníssimo público e imprensa presente

Apesar dos resultados apresentados que demonstram resultados com algum equilíbrio o facto é que se fizermos uma análise cuidada dos mesmos, verificamos que a sustentabilidade destas empresas é muito duvidosa e salta à vista que são um sorvedouro do dinheiro da autarquia!

Temos vindo a alertar <sup>Para isso</sup> em diversos momentos ~~em~~ a sua continuação em nossa opinião só se justificará se conseguirem meios próprios de subsistência!

Como em anteriores momentos de debate afirmamos, nada temos contra as empresas municipais desde que estas cumpram efectivamente o objectivo para que foram criadas, isto é, levarem com maior qualidade aos nossos munícipes os serviços que prestam, por um lado e por outro rentabilizar estruturas e custos.

Mas analisando particularmente a situação e acção de algumas, e falamos nomeadamente a Espaço Municipal, o que nos cabe dizer é que as dívidas de curto prazo que esta empresa tem a terceiros, cerca de 1.093.000,00 €, dos quais 500.000,00 são à banca, irão atirar esta empresa rapidamente para a insolvência se nada for feito!

Por outro lado o investimento efectuado e os gastos na recuperação e reparação de imóveis pela qual a EM é responsável têm sido residuais. Isto porque são evidentes a falta de liquidez para efectuar intervenções de vulto.

Aliás, em recentes visitas que efectuamos aos Bairros do Sobreiro e Xisto, os moradores denunciaram um conjunto de anomalias que os edifícios demonstram e para os quais apesar da sua denúncia a EM não tem dado resposta cabal, apenas se fica pelas promessas!

Chamamos mesmo à atenção, para situações de perigo eminente para os moradores das torres do Bairro do Sobreiro, nomeadamente em caso de incêndio. Não existem extintores, as bocas-de-incêndio não estão operacionais e existem edifícios efectivamente degradados a necessitarem de intervenção urgente! Muitos outros problemas lá existem, mas a seu tempo disso falaremos.

Desde já alertamos a Câmara Municipal e a EM, têm a noção para o que poderá acontecer em caso de sinistro naqueles edifícios?

Caso não seja efectuada uma intervenção urgente, responsabilizaremos a CMMaia e a EM pelas consequências que daí resultarem.

Mas a Maiambiente e a Academia das Artes são outro exemplo de uma gestão à custa dos subsídios da Câmara, tal como já referimos sobre as contas da Câmara só estas duas empresas levaram de subsídios 4.165.000,00 €!

Isto é, esvaziam cada vez mais os bolsos já demasiado depauperados da Câmara! O facto é se tal não fosse feito, estas empresas estariam em situação de completa falência!

Reafirmamos assim, a necessidade um debate sério nesta Assembleia para questionar o futuro destas empresas.

Por isso, como já referimos, discutir os resultados e os números aqui apresentados é uma perda de tempo e nós consideramos que neste momento o que está em cima da mesa é um necessário e profundo debate quanto à necessidade e utilidade da existência destas empresas nos actuais moldes.

Por isso reafirmamos o que em debates sobre a matéria aqui afirmamos:

É para nós claro que a responsabilidade de tudo isto não dos trabalhadores destas empresas, é sim por erros de estratégia e gestão do executivo camarário!

Estão em causa os serviços prestados aos Maiatos e o dinheiro dos nossos impostos, por isso exigimos rigor e uma mudança de política relativamente às empresas municipais.

Por tudo o que acima referimos não podemos aprovar a gestão e as contas das referidas empresas.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda

Silvestre Pereira



Maia, 29 de Abril de 2009